



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 16

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 17 de março de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Bruno Belo*

Sumário:

Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 11 minutos.

Após a chamada às Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Presidente da Assembleia deu início à sessão com a Agenda da Reunião, tendo sido debatidos os seguintes pontos:

- Recurso para o Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores quanto à inclusão na Agenda do período legislativo de março, da 1.^a sessão legislativa, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XI – “Altera o Regulamento de concurso do pessoal docente na educação pré-escolar e ensinos básico e secundário”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Apresentado o recurso pela Deputada Zuraida Soares, usaram da palavra a Deputada Graça Silveira (*CDS/PP*) e os Deputados André Bradford (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Colocado à votação, o mesmo foi rejeitado por maioria.

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XI – “Altera o Regulamento de concurso do pessoal docente na educação pré-escolar e ensinos básico e secundário”](#).

Após a intervenção de abertura do Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*), participaram no debate as Deputadas Maria João Carreiro (*PSD*) e Zuraída Soares (*BE*), o Deputado João Corvelo (*PCP*), as Deputadas Sónia Nicolau (*PS*) e Graça Silveira (*CDS/PP*), bem como os Deputados Jorge Jorge (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O diploma supramencionado foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto a Deputada Sónia Nicolau (*PS*), o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), o Deputado Artur Lima (*CDS/PP*) e a Deputada Maria João Carreiro (*PSD*).

- [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 22/XI – “Contabilização de tempo dos docentes que desempenham funções na valência de CATL”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Justificada a urgência pela Deputada Zuraída Soares, a mesma foi submetida a votação, tendo sido rejeitada por maioria.

Finalizando a discussão deste ponto, proferiram declarações de voto a Deputada Zuraída Soares (*BE*) e o Deputado André Bradford (*PS*).

Por fim, foi colocada à votação a **proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de março**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para que o Sr. Secretário da Mesa possa fazer a chamada.

Sr. Secretário.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Boa tarde a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

António Augusto Batista Soares Marinho

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Jaime Luís Melo Vieira

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Maria da Graça Amaral da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos, então, dar continuidade aos trabalhos da nossa Agenda.

O ponto 4 é o recurso para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente à inclusão do ponto 5, nomeadamente a proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XI, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Conforme foi definido pela Conferência de Líderes, a Sra. Deputada Zuraida Soares, para justificar o recurso, tem cinco minutos, e os restantes grupos e representações parlamentares dispõem, querendo, também, de cinco minutos.

Findo o debate, será colocado à votação.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta este recurso que a Sra. Presidente acabou de mencionar, em primeiro lugar e fundamentalmente, na defesa da dignidade deste Parlamento, o qual vale a pena recordar, aqui e agora, é o primeiro órgão da autonomia e guardião da democracia.

Em boa verdade, caberia à Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores esse papel, não fora o caso de se ter recusado a fazê-lo.

Não podemos deixar de assinalar e reiterar que o Partido Socialista, ao arrepio do Regimento desta casa, ao arrepio das instâncias próprias desta Assembleia, incluindo a sua Presidente, divulgue, de forma pública e antecipada, quais os pontos da Agenda para o Plenário de março.

Objetivamente, o Partido Socialista não fez uma proposta de Agenda, o que lhe seria legítimo, fez o anúncio público da Agenda deste Plenário, sem consenso e sem bom senso, como se o Partido Socialista fosse a encarnação da pluralidade democrática deste Parlamento.

Assumir desta forma deliberada e despudorada que o Partido Socialista é a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e não a maioria política legitimada pelo voto constitui, em si, um poderoso atropelo à democracia, um desrespeito profundo pelos direitos das oposições, bem como pelos órgãos eleitos desta casa e não colhe a desculpa improvisada da pretensa urgência do diploma em causa, porque se é verdade que cabe ao Governo Regional solicitar celeridade na análise das suas propostas, também não é menos verdade que cabe a esta Assembleia aceitar ou não tal solicitação mediante justificação, esta sim, consensual e sensata.

O objeto deste recurso não é, portanto e obviamente, a proposta de DLR que altera o regulamento de concurso do pessoal docente na educação pré-escolar e ensinos básico e secundário, o objeto deste recurso é, sim, a conduta do Partido Socialista, que parece arvorar-se o direito divino de ser dono disto tudo. Não é, não senhor. E por isso, o seu desrespeito pelas regras mais elementares do consenso e do bom senso, que, surpreendentemente, reivindica para si, não pode nem deve passar impune.

Nos tempos que correm, onde o desrespeito pelos valores da democracia abunda e prolifera, atos desta natureza, eivados de uma profunda arrogância de poder, não podem ficar impunes e menos ainda imunes a um combate frontal e explícito.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que é claro que aquilo que é exigido aos deputados desta casa é fazerem um trabalho sério e consciente, muito em particular em matérias desta natureza, em que, pela primeira vez, após cinco anos, vamos alterar um DLR que regulamenta os concursos dos docentes na região, que tem matérias de enorme complexidade, que afeta a vida de imensas famílias que têm andado, ao longo dos últimos anos, de casa às costas, de ilha a ilha, sem saberem onde é que vão ser colocados, onde nós temos que ter o cuidado e a capacidade de poder analisar todas as alterações de bom senso e possíveis e depois de uma votação de um plano e orçamento, que saímos desta casa, ontem, às cinco e meia da manhã, exigir-nos que estejamos aqui, agora, com capacidade de analisar e decidir sobre matérias desta importância, além de toda a falta de democracia, de pluralidade e de bom senso, é humanamente impossível.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Haja saúde, como diz ali o Sr. Deputado, e bom dia a todos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O diploma que dá origem a esta iniciativa, a este recurso do Bloco de Esquerda devia, no entender do Partido Socialista, pela sua natureza e por aquilo que consagra de positivo para os docentes desta região, ser objeto de união entre estas bancadas...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... e não objeto de uma artificial desunião, que tem fundamentos políticos e que nada tem a ver com o diploma em si. E eu passo a explicar.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ou não! Eu disse isso mesmo! Não tem nada a ver com o diploma!

O Orador: O recurso apresentado pelo Bloco de Esquerda é referente ao agendamento deste diploma no mesmo Plenário em que se realizou o debate do Plano e Orçamento. Aquilo que a Sra. Deputada Zuraída Soares aqui fez, o discurso que fez é outra coisa, sobre outro recurso, com outros fundamentos, que nada têm a ver com a iniciativa que V. Ex.^a entregou.

Deputado José Ávila (PS): Aí é que está!

O Orador: O que disse aqui foi que recorria do facto do Partido Socialista, num comunicado que fez sobre estas matérias, ter aventado a hipótese de o diploma ser debatido no Plenário de março, foi isso que aqui disse; o que diz no seu recurso tem a ver com o facto de se ter agendado o diploma no mesmo Plenário em que se...

Deputada Zuraída Soares (BE): São coisas separadas!

O Orador: Não, mas é que a senhora não pode apresentar um recurso, nesta casa, com texto e uma determinada fundamentação...

Deputada Zuraída Soares (BE): Posso, posso!

O Orador: ... e, depois, chegar ao debate e usar uma fundamentação que nada tem a ver.

Deputada Zuraída Soares (BE): Porque é exatamente a mesma coisa! Nós fazemos o mesmo!

O Orador: Mas o Partido Socialista faz os dois debates com todo o gosto, Sra. Deputada, e com toda a humildade democrática e vontade de diálogo. Portanto, por isso é que aqui estou.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Viu-se na marcação do diploma!

O Orador: Em primeiro lugar, diz a Sra. Deputada que, com grande surpresa, verificou que este diploma iria ser agendado em março. Pois, ou a senhora andou distraída ou essa surpresa é estratégica e não tem fundamento, e eu vou dizer-lhe porquê.

Deputada Zuraída Soares (BE): Já li isso em qualquer lado!

O Orador: Porque da primeira vez que o diploma entrou, quando o diploma entrou nesta casa, vinha acompanhado de um pedido expresso para que fosse apreciado no Plenário de março. Depois, o diploma, com toda a democracia, toda a participação, todo o conhecimento das outras bancadas desta casa, tramitou, na comissão especializada, com celeridade, desde a primeira hora, tendo a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais informado os deputados dos outros partidos de quais seriam as diligências que pensava tomar.

Deputada Zuraída Soares (BE): Dos outros partidos?

O Orador: Daqueles que têm assento na Comissão, Sra. Deputada, e daqueles que quiseram saber.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah! Acrescente isso, Sr. Deputado!

O Orador: Mas é natural! É assim que funciona o nosso Parlamento.

Deputada Zuraída Soares (BE): É tudo natural! Os partidos que integram a Comissão!

O Orador: A presidência de cada Comissão informa...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada, não interrompa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Francisco César (PS): Não interrompa, Sra. Deputada! Aprenda com o seu colega!

O Orador: A presidência de cada Comissão informa os deputados, dialoga com os deputados que compõem essa Comissão no sentido de acertarem as diligências a tomarem e o calendário dessas diligências.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Não, não!

O Orador: Sim, sim!

Tudo isso foi feito através de e-mail, que eu já tive a oportunidade de ler...

(Aparte inaudível da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... e que me vou abster de ler de novo, na reunião de Conferência de Líderes que tivemos sobre esta matéria.

Portanto, desde o princípio da entrada do processo de apreciação deste diploma, nesta casa, que os partidos têm consciência de que havia necessidade de proceder a uma análise célere e ao agendamento deste diploma no plenário de março.

Portanto, não podia haver desconhecimento, e, se havia esse desconhecimento, deve-se a quem desconhece e não aos restantes partidos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não!

O Orador: Depois, segunda questão. Dizia a Sra. Deputada Zuraída Soares que isso era lesivo da qualidade do debate democrático, porque nunca tinha acontecido agendar-se um outro diploma juntamente com o Plano e Orçamento.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sem consenso!

O Orador: Pois. A questão é que quase sempre aconteceu.

Deputada Zuraída Soares (BE): Com consenso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Nos últimos oito planos e orçamentos, em cinco, agendaram-se outros diplomas e outros diplomas da área da saúde,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Com consenso!

O Orador: ... outros diplomas de outras áreas igualmente densas, igualmente relevantes, foram agendados em cinco dos últimos oito anos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Com consenso!

O Orador: E mais! Não foi sempre porque o Partido Socialista pediu ou que o Governo quis. Também se agendaram iniciativas da oposição e, portanto,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Com consenso!

O Orador: ... o histórico demonstra que a Sra. Deputada não tem razão...

Deputada Zuraida Soares (BE): Tenho, tenho!

O Orador: ... e que aquilo que disse...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... não corresponde aos factos.

Portanto, estamos aqui para proceder à análise de um diploma que resulta de um processo negocial entre o Governo e os sindicatos publicamente conhecido,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... com duas rondas negociais ordinárias, correntes e mais uma extraordinária a pedido dos sindicatos, que entrou nesta casa com indicação de que deveria ser agendado, preferencialmente, para o mês de março, e isso tem uma justificação de facto, de fundo, que é poder-se garantir, de forma clara, que todos os processos concursais serão feitos, relativos ao próximo ano letivo, no calendário ideal e que, portanto, no próximo ano letivo, o concurso de professores incluirá estas melhorias que agora vamos apreciar e que agora vamos consagrar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, o que interessa aqui, o que está verdadeiramente em causa são as legítimas aspirações dos docentes desta região e essa é, sempre foi a razão da nossa preocupação e da nossa urgência.

Deputada Zuraída Soares (BE): Já vamos falar disso!

O Orador: E termino já, Sra. Presidente, dizendo que, se alguma dúvida podia existir sobre a validade deste agendamento,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já vai nos sete minutos!

O Orador: ... o próprio Bloco de Esquerda desfez todas as dúvidas quando o próprio Bloco de Esquerda acrescentou à Agenda...

Deputada Zuraída Soares (BE): Está esclarecido! Já lá vamos!

O Orador: ... uma iniciativa sua sobre docentes, que nós vamos apreciar a seguir a esta que o Bloco de Esquerda não quer que nós apreciemos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Portanto, ficou absolutamente esclarecido qual era a preocupação do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não chegamos lá, mas vamos chegar Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para fazer um esclarecimento à Mesa, como deputada que pertence à Comissão dos Assuntos Sociais, que o Sr. Deputado André Bradford disse que tinha recebido um e-mail a dizer que tinham sido propostas as diligências para as audições, eu passo a explicar o que se passou.

Havia uma comissão marcada para dia 1 de março, em que o Sr. Secretário seria ouvido no âmbito de um pedido do Sr. Deputado Paulo Estêvão em relação às ementas escolares. Foi recebido, passado algum tempo, um e-mail a alterar a agenda, a dizer que, uma vez que tinha dado entrada um novo DLR, seria alterada a Comissão, passar-se-ia a ouvir o Sr. Secretário também no âmbito dessa iniciativa e que ficavam também agendados dois pontos novos, que seriam ambos os sindicatos.

Nunca, em nenhum e-mail anterior, foi enviada uma solicitação de apresentar as audições que deveriam ser feitas no âmbito desse diploma.

Deputado André Bradford (PS): Isto não é uma interpelação, Sra. Presidente!

A Oradora: Digo mais! Inclusivamente, ninguém respondeu quando houve essa alteração da agenda e a Sra. Presidente da CAS disse, de uma forma coloquial, “No news, good news”, ou seja, como nenhum de nós disse nem sim nem não, ficava aceite a alteração à agenda, mas isso não quer dizer que tenha havido anteriormente nenhuma mensagem a solicitar aos Srs. Deputados...

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

A Oradora: ... audições no âmbito do DLR, e isto é importante que fique registado, Sra. Presidente.

Muito obrigada.

Presidente: Fica registada a sua interpelação, Sra. Deputada Graça Silveira.

Sr. Deputado André Bradford, julgo que também para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Presidente, eu vou fazer chegar à Mesa uma cópia de um e-mail, uma mensagem de correio eletrónico, enviada pela Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais aos Srs. Deputados que a compõem, no dia 16 de fevereiro...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Isso é impossível!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... de 2017, no dia seguinte ao diploma ter entrado nesta casa, a dizer o seguinte, e vai ser enviada a cópia para a Sra. Presidente fazer o favor de depois transmitir aos restantes partidos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é cópia, reencaminha para os membros da Comissão. O senhor já brincou ontem e ainda quer brincar hoje!

O Orador: “A proposta de DLR...

A Sra. Deputada quer ser esclarecida ou não?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: A Sra. Deputada gostaria de ser esclarecida ou não? É que chama-me mentiroso e depois vai para as outras bancadas e não ouve o que eu digo!

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, pode continuar.

O Orador: Muito obrigado.

“A proposta de DLR que, hoje, nos chegou e que já aguardávamos tem de ser apreciada com urgência. Entrará em consulta pública com a maior brevidade. Desta forma, no dia 1 de março, à tarde, o Sr. Secretário da Educação e Cultura será ouvido a este respeito,...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Com certeza!

O Orador: ... bem como no âmbito do requerimento do PPM. Como já vos tinha transmitido em e-mail anterior,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Esse é que não existe!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Onde está o e-mail? Onde é que está esse e-mail? É isso é que falta! Não existe!

O Orador: ... serão...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Francisco César (PS): Oiçam, depois digam o que quiserem!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados! Eu estou a permitir que o Sr. Deputado André Bradford mantenha o registo da sua interpelação...

Sras. e Srs. Deputados, eu estou a permitir que o Sr. Deputado André Bradford possa ler o e-mail da mesma maneira que permiti que à Sra. Deputada Graça Silveira que fizesse o relato exaustivo daquilo que era o seu entendimento do que se tinha passado na Comissão.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Presidente: Portanto, é legítimo que a mesma latitude que permiti à Sra. Deputada Graça Silveira para esclarecer esta matéria possa dar também ao Sr. Deputado André Bradford. No entanto, é preciso que a Câmara possa permitir que o Sr. Deputado possa concluir.

Sr. Deputado André Bradford, pode continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Dizia eu que o e-mail do dia 16 de fevereiro, ou seja, do dia seguinte à entrada do diploma nesta casa, do conhecimento dos Deputados Graça Silva, João Costa, Graça Silveira, Paulo Estêvão, Mónica Seidi e João Paulo Ávila dizia, “Serão também convocados para a audição presencial os sindicatos do setor...”

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas o que é isto? Isto é uma interpelação?

O Orador: ... e será pedido parecer escrito às escolas da região, de acordo com o que consta do histórico das iniciativas deste teor. Julgo que nada terão a opor, mas pretendo dar-vos conhecimento atempado das diligências”.

Ora, Sra. Deputada Graça Silveira, como é que é possível que a Sra. Deputada venha aqui dizer...

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, está numa interpelação à Mesa!

O Orador: ... que não sabe, que não foi consultada, não participou,...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Mostre os e-mails onde estão as diligências!

O Orador: ... não sabia o que é que ia ser feito? Como é que é possível que, de boa fé, V. Ex.^a tenha vindo a esta casa dizer que desconhece,...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Só os senhores é que não veem !

Presidente: Sr. Deputado André Bradford!

O Orador: ... que não havia nenhum tipo de informação sobre essa matéria?

Portanto, Sra. Presidente, resumindo, entregarei à Mesa, para distribuição aos Srs. Deputados, deste e-mail que a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais fez chegar aos Srs. Deputados.

Deputado Paulo Parece (PSD): Entregue ao Presidente da CAPAT! É muito mais assertivo!

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, pede a palavra para?

Sra. Deputada, eu vou dar-lhe a palavra, os esclarecimentos estão feitos, portanto, tem que ser uma interpelação à Mesa. Os esclarecimentos estão feitos, isto não é debate sobre esta matéria, que, aliás, poderá depois desenvolvido na própria Comissão.

Portanto, se é para uma interpelação direta à Mesa, vou dar-lhe a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Também não existe!

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Só para registar que, efetivamente, é verdade, diz e-mail anterior, mas isso vem ao encontro do esclarecimento que eu fiz. O Sr. Secretário estava convocado para ir à Comissão, mas no âmbito das ementas escolares,...

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira!

A Oradora: ... como já tinha transmitido que o Sr. Secretário vinha.

Houve um reagendamento e nunca anteriormente tinham sido faladas estas diligências.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, fica registada a sua interpelação, mas o debate sobre esta questão está esclarecido.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para intervir no âmbito do recurso, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Primeira questão prévia. As interpelações estão definidas no âmbito do Regimento e, portanto, essa intervenção é feita sinteticamente à Mesa e só à Mesa...

Deputado André Bradford (PS): Foi o que eu fiz!

O Orador: ... e ponto final.

A partir do momento em que se utiliza a figura...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: ... da interpelação parlamentar da forma como foi usada,...

Deputado André Bradford (PS): Eu sei que o incomodo!

O Orador: ... a partir daí é uma segunda intervenção...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Mesa...

O Orador: ... e não é correto essa utilização.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, peço desculpa, só para esclarecer.

A Mesa concedeu a palavra a ambos nas mesmas condições e, portanto, quanto a isso, não há mais nada a dizer. A Mesa orienta os trabalhos, entendeu que ambas as interpelações faziam sentido para o cabal esclarecimento desta matéria.

Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Espero que o seu tempo tenha sido descontado na sua... Porque a questão é a seguinte. Eu não estou a fazer nenhuma interpelação à Mesa, eu estou só a dizer que a interpelação à Mesa é uma figura regimental que foi utilizada de forma abusiva e, portanto, isso, a mim, parece-me que é evidente, basta ler o Regimento.

Deputado André Bradford (PS): Mas está a olhar para mim?

O Orador: Segundo ponto, a segunda questão, a questão que eu considero que é fundamental aqui.

Há um anúncio, por parte da estrutura do Partido Socialista, que anuncia qual é a decisão da Conferência de Líderes. É evidente que podemos partir desse pressuposto sempre de forma universal, porquê? Como o Partido Socialista tem a maioria absoluta, aquilo que pretende fazer, se o quiser impor, através de votação, pode sempre fazê-lo, porque tem a maioria. Portanto, também a votação de todos os quatro anos desta legislatura poderia ser anunciada previamente, porque também se pode partir do princípio que o Partido Socialista, tendo maioria, irá aprovar todos os orçamentos, irá aprovar toda a legislação que aqui apresentar. Esse pressuposto é um pressuposto matematicamente correto, mas democraticamente errado, porque a Conferência de Líderes é que decide...

Deputado André Bradford (PS): E foi!

O Orador: ... e a decisão é uma decisão colegial.

No mínimo dos mínimos, este anúncio por parte do Partido Socialista de uma decisão da Conferência de Líderes é uma usurpação das funções de um órgão colegial do Parlamento. E, nesse sentido, é absolutamente inaceitável, porque o Sr. Deputado André Bradford já pode, aqui, anunciar que o orçamento de 2018 está aprovado. Matematicamente, é verdade, o orçamento de 2019 também está aprovado. E eu pergunto: O que é que nós estamos aqui a fazer? Não vale a

pena, porque o senhor pode anunciar todas as votações e todas as decisões deste Parlamento, escudando-se na sua maioria matemática.

Deputado André Bradford (PS): Mas nós não somos assim!

O Orador: Portanto, nesse sentido, Sr. Deputado André Bradford, pode fazê-lo, mas é errado, não é democrático fazê-lo, que significa usurpar as funções da Conferência de Líderes.

Ponto um.

Presidente: Sr. Deputado, vamos continuar para a questão do recurso.

O Orador: Ponto número dois.

Não, mas isto faz parte da questão que até é referenciada no recurso.

A segunda questão tem a ver com a tradição desta casa.

Eu peço desculpa de falar da minha experiência. Tenho nove anos na Conferência de Líderes, nunca, em situação alguma, com anteriores líderes parlamentares do Partido Socialista aconteceu o que aconteceu agora, que o Partido Socialista alguma vez tenha imposto uma decisão à Conferência de Líderes,...

Deputado André Bradford (PS): Não foi imposto, Sr. Deputado, foi votado!

O Orador: ... de forma unilateral, alterar e acrescentar um ponto na Agenda no âmbito do orçamento, porque os parlamentos têm regras, temos o nosso Regimento, temos a legislação e temos outra coisa que em todos os parlamentos é importante: temos a prática parlamentar. E se verificarem, se fizerem um registo, podem encontrar, é que são acrescentados alguns pontos no âmbito da Agenda, mas permitir audição para o tribunal, coisas que são consensualizadas. O próprio Governo consultou se era possível, e, da minha parte, dei a minha anuência, e o que aconteceu, ao longo destes nove anos, é que nunca, em situação alguma, algum partido ou o Governo tentaram agendar matérias que não tivessem sido consensualizadas e isto deve ser assim. E esta prática parlamentar existe exatamente porquê? Porque existe um elemento de dissuasão

do ponto de vista do funcionamento das instituições parlamentares. É que os partidos sabem que um dia são a maioria e outro dia serão minoria e quando estiverem em minoria querem ser respeitados de igual forma.

Portanto, a decisão consensualizada, e respeitando a tradição, é uma prática que foi sempre seguida pelos anteriores líderes parlamentares, como, por exemplo, o Sr. Deputado Berto Messias, que nunca, nesta matéria, impôs coisa alguma.

Portanto, nesta matéria, é importante respeitar este histórico. Portanto, a Agenda nunca foi alterada. E eu aqui quero lembrar...

Presidente: Agradeço, que termine Sr. Deputado, já com o desconto...

O Orador: Sim, Sra. Presidente. Espero que com a mesma tolerância que foi concedida ao Sr. Deputado André Bradford!

Presidente: Claro que sim e já com o desconto que me tinha dito.

Deputado André Bradford (PS): É que isto assim é uma intervenção sobre o meu caráter, mas a discussão é outra!

O Orador: Quero...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... aqui fazer uma referência.

Eu, por exemplo, dar-vos um exemplo muito... Eu, passou-me, do ponto de vista político...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Sra. Presidente, só para concluir.

Deputado André Bradford (PS): É que isto assim é sobre o meu caráter!

O Orador: Não é sobre o seu caráter! Não é sobre o seu caráter!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Por amor de Deus! Sobre o seu caráter?!

Deputado André Bradford (PS): Se é sobre o meu caráter, a gente discute!

O Orador: Sobre o seu caráter? Não!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Não arranje números!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sr. Deputado Paulo Estêvão, apelo à sua capacidade de síntese.

O Orador: Sra. Presidente, para concluir a minha intervenção e dizer o seguinte.

Nestes nove anos, o PPM não inscreveu nenhuma interpelação parlamentar nem inscreveu nenhuma iniciativa parlamentar e digam-me, politicamente, não era importante inscrever,...

Deputado Miguel Costa (PS): Politicamente é!

O Orador: ... por exemplo, uma interpelação parlamentar sobre a divulgação dos dados dos utentes de saúde dos Açores?

Eu, se tivesse, se não respeitasse a tradição parlamentar, tinha feito, de certeza absoluta, tinha provocado...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... essa interpelação parlamentar. Por que é que não o fiz? Porque respeito a tradição do parlamento, no âmbito da discussão de um assunto de enorme complexidade como é o Orçamento e o Plano. Portanto, isto foi sempre respeitado.

Deputado André Bradford (PS): Já vai em dez minutos!

O Orador: E existiu aqui uma quebra das regras, uma quebra da confiança, que existiu sempre, e de funcionamento do sistema...

Deputado José Contente (PS): Já tem dez minutos! Estava a falar de sete e já vai em dez!

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado!

O Orador: E termino, Sra. Presidente.

...por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista com a nova liderança. Portanto, há aqui uma rutura...

Presidente: Sr. Deputado, peço que não continue a pessoalizar o seu debate!

O Orador: ... em relação ao funcionamento normal da Conferência de Líderes. Concluo dizendo que tem toda a razão que, de facto, esta decisão é uma decisão que choca com as competências da Conferência de Líderes, que são nossas e não do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e choca, de facto, com a história e o respeito e a consensualização, nesta matéria, que sempre foi feita no âmbito da Conferência de Líderes em termos de agendamento do Plenário em que se discute o Orçamento e o Plano,

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor é um homem de trabalho, o único que trabalha nesta casa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Precisava de fazer três questões, Sra. Presidente, e são três questões à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Interpelação à Mesa? Outra? Já é a quarta!

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, eu peço desculpa.

A Mesa é que tem a competência da gestão dos trabalhos. O Sr. Deputado André Bradford pediu a palavra para uma interpelação, é à Mesa que compete saber, no decorrer da sua intervenção, se é uma interpelação ou não.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** São três questões que eu gostava de fazer, ao abrigo da figura da interpelação à Mesa,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a nós também!

O Orador: ... e gostava de colocar à Sra. Presidente, porque eu acho que são importantes para esclarecer parte do que aqui se passa.

Primeira questão. São as decisões da Conferência de Líderes votadas ou não democraticamente, Sra. Presidente?

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Segunda questão. Podem ou não todos os partidos desta casa, em termos regimentais, fixar a Agenda e fazê-lo de livre vontade?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é inacreditável!

O Orador: Terceira questão. Podem os partidos desta casa, independentemente de serem grupos ou representações parlamentares, fazer entrar na Agenda, sem passar pela Conferência de Líderes,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quarta questão: os homens respiram oxigénio? Sexta questão: os homens caminham de pé?

O Orador: ... iniciativas com urgência e dispensa de exame em Comissão?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tenho que responder ao Sr. Deputado, às perguntas que foram feitas à Mesa.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sr. Deputado, em relação às perguntas que coloca, o Regimento define, no seu n.º 4, do artigo 26.º, que as decisões da Conferência, na falta de consenso, são tomadas por maioria. O Regimento também prevê a fixação da Agenda e o Regimento também prevê a possibilidade de se entrar com pedidos de urgência, aliás, como hoje mesmo aconteceu.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Eu não disse isso! A senhora não percebeu o que eu disse!

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de perguntar à Mesa, de pedir uma informação, a que pedido de urgência é que o Sr. Deputado André Bradford se refere,...

Deputado André Bradford (PS): Eu não disse que havia pedido de urgência!

A Oradora: ... porque, tanto quanto eu sei, embora não pertença nem integre a Comissão de Assuntos Sociais, nem eu nem nenhum deputado desta bancada, nem eu nem o meu colega, tanto quanto eu sei, não houve nenhum pedido de urgência,...

Deputado José Contente (PS): E o diploma dos professores!

A Oradora: ... houve uma solicitação, que é uma coisa, do ponto de vista regimental e até de bom senso, bem diferente.

Portanto, eu gostava de saber qual é a urgência de que nós estamos a falar, que eu desconheço.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): E os professores?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada (eu tenho que responder à Sra. Deputada).

A questão que o Sr. Deputado André Bradford colocou em relação às urgências foi de forma genérica, perguntando se era possível ou não...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah! É que não me pareceu que fosse genérica!

Presidente: ... fazer um pedido de urgência sem este passar pela Conferências de Líderes, ao que eu respondi que sim, que é o que está previsto no Regimento. Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, sobre a condução dos trabalhos.

Deputado Miguel Costa (PS): Peça um intervalo!

O Orador: Eu devo dizer-lhe, do ponto de vista regimental, que discordo da condução dos trabalhos, porque, nesta figura regimental, cada grupo e

representação parlamentar só tem direito a realizar uma intervenção. São as regras, Sra. Presidente, são as regras, e as outras figuras regimentais,...

Deputado José Contente (PS): O senhor tinha sete minutos e utilizou dez!

O Orador: ... a Sra. Presidente permitiu a diversos deputados desta casa que realizassem diversas intervenções utilizando outras figuras do Regimento para terem oportunidade de apresentarem os seus argumentos três ou quatro vezes sobre assuntos que estão aqui a ser discutidos de forma absolutamente desrespeitosa com o Regimento.

Eu discordo e quero dizer à Mesa, quero referenciar à Mesa que discordo profundamente da forma como os trabalhos estão a ser conduzidos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Fica registada a sua interpelação, que também não é inédita nesta casa.

As regras estão a ser cumpridas, naturalmente que as decisões nem sempre agradam a todos, mas a Mesa também, quando decide, sabe quando o deve fazer e em que condições o deve fazer. E, efetivamente, no âmbito do recurso, cada bancada apenas fez uma única intervenção; as outras foram interpelações, que estão previstas no nosso Regimento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado André Bradford já vai com quatro intervenções!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições sobre esta matéria. Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação do recurso apresentado pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O recurso apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS; 16 a favor do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos dentro de 30 minutos.

Eram 15 horas e 49 minutos.

Presidente: [Corte na gravação] vossos lugares. Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 21 minutos.

Vamos entrar agora no ponto 5 da nossa Agenda: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XI – “Altera o Regulamento de concurso do pessoal docente na educação pré-escolar e ensinos básico e secundário”.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os seguintes: o Governo Regional, o PS e o Bloco de Esquerda dispõem de 25 minutos; o PSD de 20 minutos; o CDS de 15 minutos; o PCP e o PPM de dez minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma vez concluídos os três concursos extraordinários de 2014, 2015 e 2016 e feita a avaliação dos seus resultados com a participação de representantes da classe docente, isto é, dos sindicatos, o Governo, no termo da legislatura passada, assumiu o compromisso da revisão do regulamento dos concursos do pessoal docente, caso o Partido Socialista vencesse as eleições do dia 16 de outubro de 2016. Aliás, eu próprio reuni com o Sindicato dos Professores da

Região Açores e com o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, em setembro passado, dando conta de um tal compromisso.

Por isso, volvido o ato eleitoral e uma vez constituído o novo Governo, deu-se de imediato início ao processo negocial, que decorreu entre os meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017. Em correspondência a uma reivindicação dos sindicatos de professores, o compromisso do Governo e do Partido Socialista assentava, essencialmente, na reposição da anualidade dos concursos e na revogação da obrigatoriedade de permanência por três anos nas escolas de colocação, considerada a obtenção de estabilidade nos corpos docentes da generalidade das unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional, até decorrente da abundância de pessoal docente devidamente habilitado, considerada também a vantagem da aproximação dos professores aos locais de residência, com a concomitante reunião de famílias, a resultar, de certo, em benefício da qualidade do ensino.

Na sequência destas alterações principais, foi ainda fixado uma norma transitória para os concursos dos anos escolares de 2017/2018 e 2018/2019, que possibilita aos docentes que ainda se encontram a cumprir a obrigação de permanência por três anos no lugar de quadro em que foram colocados, designadamente os opositores aos concursos extraordinários de 2015 e de 2016 o acesso aos concursos internos de provimento e de afetação, naturalmente que em prioridades imediatamente subsequentes à previstas para os demais docentes, no sentido da salvaguarda de expectativas e de evitar ultrapassagens.

Para garantia da estabilidade do corpo docente em todas as escolas, estabelecer-se-á, por portaria do membro do Governo com tutela sobre a educação e a valer para escolas mais periféricas, que os docentes concorrentes, ao manterem-se no mesmo quadro da escola por mais de um ano escolar, veem a sua graduação profissional acrescida de 0.5 valores por cada ano escolar de serviço

efetivamente prestado e até ao máximo de três valores, que valarão, depois, na primeira candidatura realizada ao concurso interno de provimento.

Se a atual obrigatoriedade de permanência por três anos na escola de colocação confere estabilidade aos corpos docentes precisamente por obrigar a uma permanência mínima de três anos, o novo articulado pode ainda ser mais vantajoso porque a obtenção de uma pontuação máxima de três valores obriga a uma permanência de seis anos. Claro que, depois, pode até constituir um incentivo para a saída, não propriamente para a fixação, todavia, o que nos ensina a experiência é que ao cabo de seis anos a tendência é para a permanência, jamais para a mobilidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não constitui outra coisa. Outra coisa é que não constitui!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estavam a dizer o contrário!

O Orador: À situação escolar dos estabelecimentos mais periféricos, nós dedicaremos sempre uma atenção especial e caso esta medida, ao contrário da nossa convicção, não surta os efeitos desejados, não hesitaremos na busca nem na construção de soluções de ainda maior adequação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Fora a satisfação destas reivindicações essenciais, houve outras questões que mereceram revisão, aliás, suscitada pela evolução do processo negocial. À luz do princípio de que as necessidades permanentes do Sistema Educativo Regional devem ser supridas por professores do quadro, facto que justificou a abertura de 300 vagas nos concursos extraordinários de 2014, 2015 e 2016,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... previu-se que, para efeitos de dotação dos lugares de quadros, devem ser considerados por grupos de recrutamento as vagas correspondentes ao número de contratos a termo resolutivo celebrados consecutivamente durante

os três últimos anos escolares, na medida em que excedam a dotação dos quadros existentes e se destinem à satisfação de necessidades permanentes.

Igualmente, para o cálculo do número de lugares de quadro, podem ainda ser consideradas as horas de redução da componente letiva em função da idade e do tempo de serviço quando a criação de tais lugares não implique, face à evolução do número de alunos, a existência de docentes excedentários.

Além disso, alteraram-se as seguintes matérias: estabeleceu-se a consagração da retroação dos efeitos dos contratos a termo resolutivo à data da respetiva aceitação nas situações em que os docentes façam prova de que se encontram impossibilitados de deslocação para unidade orgânica de colocação na data de apresentação ao serviço. Neste caso, deu-se, inclusivamente, concretização ao teor de uma resolução, ainda recentemente aprovada...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... nesta Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Considerou-se, ainda, a possibilidade de relevar para efeitos de concurso o tempo que medeia entre o início do ano escolar e a data da celebração do contrato a termo resolutivo nas situações em que estes contratos sejam celebrados até ao início das atividades letivas e produzam efeitos até ao final do ano escolar.

Introduziram-se alterações de contabilização do tempo de serviço como critério para avaliação curricular dos candidatos, no sentido da valoração diferenciada da experiência profissional adquirida após e antes da profissionalização para cada um dos grupos de recrutamento a que os candidatos são opositores. No caso dos indivíduos detentores de mais de um curso de habilitação profissional para o mesmo grupo de recrutamento, confere-se a possibilidade de optarem pelo curso mais favorável em termos de ordenação.

Foi também considerada a possibilidade dos professores do quadro beneficiarem de um regime de troca anual, à luz do estipulado no artigo 103 do Estatuto da Carreira Docente, e de ser autorizada a requisição de docentes por motivo de doença em condições a definir por portaria.

Concluídas as negociações, aprovado também este diploma em Conselho de Governo e ainda depois do seu tratamento na Comissão de Assuntos Sociais, resta-me a firme convicção de que se melhoraram substantivamente as condições de exercício da profissão docente...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... sem prejuízo do funcionamento do Sistema Educativo Regional. Aliás, são os próprios sindicatos que exprimem, mesmo explicitamente, que estamos perante o melhor regulamento...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... de concursos de pessoal docente de todos os tempos da nossa autonomia de mais de 40 anos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Antes de abrir as inscrições, queria fazer uma correção aos tempos anunciados inicialmente, uma vez que conferi à Sra. Deputada Zuraida Soares, ao Bloco de Esquerda, a propositura deste diploma, conferindo-lhe 25 minutos, naturalmente, errado da minha parte. Portanto, tem, sim, 12 minutos para a participação neste debate.

Queria também saudar dois antigos deputados desta casa, que estão na galeria, o Sr. Luís Maciel e o Sr. José Eduardo, que vêm da ilha das Flores. Saúdo-vos em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Parece-me que existirão inscrições para este debate!

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(*) Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Valorizar o papel do professor é um fator decisivo para uma educação de sucesso e, neste sentido, é necessário que as políticas educativas sejam eficazes e que se traduzam na melhoria da qualidade do ensino e na promoção do sucesso escolar.

Apraz-nos verificar que a proposta do Governo Regional de alteração ao regulamento do pessoal docente em vigor constitui um recuo do executivo, corresponde à pretensão dos professores da região.

Perdeu-se algum tempo desnecessariamente e por mera teimosia política da governação socialista com a adoção e manutenção do modelo atual, cuja

qualidade de concursos provocava precariedade, a injustiça, a desmotivação dos profissionais de ensino.

Registamos positivamente a extinção da consideração de aceitação de provimento por período não inferior a três anos, no âmbito da definição dos critérios de prioridade na ordenação de candidatos, dado que, durante a vigência da norma, esta revelou-se promotora de profundas injustiças e ultrapassagens de docentes com menos anos de serviço, não constituindo um mecanismo promotor de estabilidade do corpo docente.

Assim sendo, a reposição da prioridade anual dos concursos, a extinção da obrigatoriedade da permanência num lugar de quadro pelo período de três anos, conforme propõe agora o Governo, é uma exigência dos docentes da região, que o PSD Açores subscreve e, já há alguns anos, tem vindo a alertar para a necessidade de alterar o regulamento do concurso do pessoal docente em vigor.

Deputado André Bradford (PS): Que dificuldade para dizer que concorda com o Governo!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Qual foi a iniciativa?

A Oradora: No entanto, a precariedade laboral que afeta os docentes dos Açores não fica resolvida com a presente proposta de alteração, pois não prevê qualquer norma que limite essa contratação, tal como existe no continente e na Madeira. Na região, há professores em regime de precariedade laboral há demasiado tempo.

O recurso sistemático a professores contratados prova que há necessidades permanentes do sistema educativo.

Na especialidade, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores irá apresentar algumas propostas de alteração, nomeadamente quanto ao procedimento concursal previsto no artigo 5.º, na medida em que a alteração proposta restringe a mobilidade dos docentes do quadro com vínculo definitivo colocados em

Quadro de Zona Pedagógica, impedindo os mesmos de serem opositores ao concurso interno de afetação.

O Grupo Parlamentar do PSD-Açores entende que deve ser garantida a mobilidade entre quadros do sistema público do ensino de todo o território nacional.

Relativamente à proposta de bonificação do tempo de serviço como medida de incentivo à fixação de professores, plasmada no n.º 13 do artigo 10.º, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores considera que a mesma subverte o princípio da ordenação dos candidatos com base na graduação profissional, não correspondendo a uma medida efetiva de fixação, pelo contrário, constitui um incentivo para sair e não para fixar, pelo que iremos propor a eliminação deste mesmo número.

No entanto, entendemos ser necessário implementar verdadeiras políticas de fixação de professores em algumas ilhas dos Açores, como, nomeadamente, Flores, Corvo e Graciosa.

Nas nossas ilhas, só iremos estancar o contínuo processo de despovoamento das ilhas mais pequenas se formos capazes de ter uma resposta diferenciada para problemas diferenciados. Temos que ter a coragem de assumir e corrigir as assimetrias, recorrendo, para o efeito, à adoção de mecanismos que até já existem no Estatuto do Pessoal Docente da educação pré-escolar dos ensinos básico e secundário.

Portanto, cabe ao Governo Regional operacionalizar este instrumento legislativo, que irá contribuir, certamente, para a melhoria da qualidade do ensino.

Importa relembrar que o Grupo Parlamentar do PSD já apresentou o projeto de resolução que visa solucionar a questão levantada no n.º 13.

Ainda no âmbito da celebração do contrato a termo resolutivo previsto no artigo 23.º, entendemos que nos casos em que o docente titular do lugar se apresente

ao serviço após 31 de maio, o contrato considera-se em vigor até ao final do ano escolar, desde que o docente, naquele ano escolar, tenha completado o mínimo de 120 dias de serviço efetivo. São precisamente 120 dias o necessário para que um docente seja sujeito a avaliação.

Sr. Secretário, por último, mas não menos importante, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores entende que todos os docentes titulares do quadro de escola da região que foram opositores aos concursos internos respeitantes aos dois últimos anos letivos não devem ser ultrapassados. Daí, nesse sentido, é uma questão que lhe queríamos colocar, Sr. Secretário. No âmbito da norma transitória, o Sr. Secretário entende que um docente que foi colocado, no âmbito do concurso interno, 2015, 2016 e 2017, concorre na mesma prioridade que um docente que seja opositor agora ao concurso externo e que seja colocado em quadro de escola?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD-Açores, como partido da oposição e de alternativa responsável, está sempre disponível para alcançar consensos que garantam uma melhor educação para os alunos, não descorando o papel fundamental dos docentes. Por isso, apresentamos um conjunto de propostas de alteração a este diploma na expectativa a bem da educação dos Açores, do entendimento mínimo, que venham a ser acolhidas por esta casa.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): A senhora tem as propostas aí? São segredo...

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É caso para dizer que na falta de mais perguntas, eu vou respondendo.

A Sra. Deputada Maria João Carreiro levantou aqui uma série, aliás, longa, de perguntas, às quais eu vou procurar responder.

Deputada Maria João Carreiro (*PSD*): Desta vez tem tempo!

O Orador: Levantou, por exemplo, a questão da precariedade dos docentes. Chamou a atenção para a existência de muitos docentes precários no nosso Sistema Educativo Regional. Defendeu, de forma mais implícita ou mais explícita, o direito que deveriam ter a serem admitidos nos quadros após um determinado número de contratos, efetivamente, celebrados.

A cerca disto, eu digo o seguinte. Nos últimos três anos, através do lançamento de três concursos extraordinários,...

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... 14, 15 , 16, que facultaram a abertura de 300 vagas, e através também dos concursos regulares, que também facultaram a abertura de muitas

vagas, nós fizemos um esforço para suprir, com professores do quadro, as necessidades permanentes do Sistema Educativo Regional.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Claro que permanecem contratados muito docentes, mesmo muitos, tenho disso, efetivamente, a certeza, simplesmente pelo facto de estarem a suprir necessidades transitórias do sistema educativo,...

Deputado André Bradford (PS): O problema é esse!

O Orador: ... decorrentes, por exemplo, da existência de muitos professores do quadro no exercício de missões temporárias no exterior, na política,...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Os contratados não são responsáveis políticos!

O Orador: ... na administração pública, nos conselhos executivos (nos conselhos executivos estão cerca de 200!), inclusivamente nas estruturas sindicais, nos programas provisórios que temos desenvolvido, sobretudo nos últimos anos, em função do desenvolvimento do ProSucesso.

No futuro, Sra. Deputada, nós manteremos a postura do passado. Qual é ela? Sempre que fizermos a identificação de uma necessidade permanente do sistema educativo suprida por um professor contratado procederemos à abertura de uma vaga para o quadro, caso contrário, não o faremos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é a forma mais justa, esta é a forma mais racional da gestão de recursos humanos, porque garante o número de professores indispensável ao funcionamento do sistema porque evita a praga dos professores com horários zero que pulula noutras paragens e porque assegura a adequada gestão do erário público, uma obrigação de qualquer Governo mais do que protetor de uma qualquer classe socioprofissional, que deve ser, como já disse nesta Assembleia por outras vezes, um provedor dos contribuintes, ou seja, de todos nós. Esta é também a forma de conferir maior segurança profissional ao corpo docente, e

porquê? Porque uma qualquer estratégia de indiscriminado acesso de contratados aos quadros se traduz a prazo e inevitavelmente num generalizado despedimento de professores do quadro.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Com segurança, isto é, sem implicações no futuro despedimento de professores, o acesso de mais contratados aos quadros só é viável por via de um artifício que não se encontra ao alcance da região, que se encontra, sim, ao alcance da República, concretamente através de uma maior facilitação da aposentação dos professores mais antigos, já desprovidos de algumas capacidades físicas e psíquicas para o exercício exigente da lecionação, uma medida que, essa sim, abriria a porta aos mais novos, com uma dupla vantagem, com alívio, ou seja, com alívio financeiro para o sistema e com a disponibilidade de um corpo docente mais capaz, não propriamente mais competente, mas mais capaz de enfrentar as exigências da lecionação de hoje.

O Sr. Presidente do Governo Regional anunciou, há poucos meses, para as carreiras gerais, aquilo que nós já fizemos na carreira docente, isto é, a integração nos quadros de colaboradores com um determinado tempo de serviço que suprem necessidades permanentes da administração pública.

No entanto, em sinal de aproximação às posições sindicais, em sede de negociação deste regulamento de concursos e à luz do preceituado no Estatuto da Carreira Docente, nós admitimos as possibilidades que eu já tive oportunidade de expor na minha intervenção inicial.

A Sra. Deputada levantou, obviamente, mais questões. Levantou, portanto, a questão de que são insuficientes as normas ou a norma aqui introduzida para levar professores para a periferia açoriana...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Não disse isso!

O Orador: ... e chamou a atenção para a necessidade, eventualmente para a vantagem de recorreremos a outros estratagemas...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Isso está certo, Sr. Deputado!

O Orador: ... que estão, inclusivamente, incluídos no Estatuto da Carreira Docente.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Eu não disse insuficientes!

O Orador: Está a ver que eu não estou a fugir à questão.

Eu devo dizer, a esse propósito, apenas o seguinte. A outorga de mais incentivos à fixação de professores em ilhas mais periféricas, nomeadamente o subsídio de fixação, a bonificação de juros bancários o acesso prioritário à formação, a que acresce a compensação do tempo de serviço, que foi aquilo que nós fizemos, eram coisas que tinham justificação num tempo antigo, porque...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Ah!

Deputada Maria João Carreiro (PSD): No Estatuto! Como é que vai defender a sua dama?

O Orador: ... verificada a existência continuada da carência de pessoal docente devidamente habilitado. É isso que se lê, aliás, no artigo 90 do Estatuto da Carreira Docente. Não tem tanta justificação, não tem justificação no tempo presente, dada a abundância de pessoal docente...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): E os pareceres?

O Orador: ... devidamente qualificado. Aliás, queremos que este simples facto, a abundância de pessoal docente devidamente habilitado, garantia por si só a relativa estabilidade do corpo docente, mesmo na periferia açoriana. A compensação de tempo de serviço que nós estamos aqui a propor constitui apenas mais uma garantia, constitui apenas uma garantia acrescida de que a estabilidade do corpo docente não será, efetivamente, afetada.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem! Vai esgotar o tempo da bancada parlamentar!

Deputado André Bradford (PS): E se a Sra. Deputada se inscrevesse para falar?

O Orador: Falou também (dizem-me que o meu tempo está a avançar, eu vou terminar esta intervenção) a Sra. Deputada Maria João Carreiro da vantagem, da justiça que era dos professores dos chamados QZP do continente poderem concorrer a todo o país. Eles só não concorrem ao concurso interno de afetação à mobilidade interna na RAA, porquê? Porque eles também não têm essa possibilidade de o fazerem, nem no continente nem na Madeira. Seria estranho que nós, nos Açores, que não temos QZP, admitíssemos essa mobilidade quando ela não é admitida nem no continente nem na Madeira.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a gora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que bom que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda lhe possa dizer que, na generalidade, está absolutamente de acordo com estas propostas de alteração...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... ao regulamento do concurso de professores, mas que mau, Sr. Secretário Regional,...

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): Era muita sorte!

A Oradora: ... que o Governo esteja obrigado a dizer que se enganou quando as votou, através do partido que o suporta, quando, portanto, as impôs a todas as bancadas que votaram contra elas. Portanto, se é bom nós estarmos de acordo consigo e com o Governo, neste momento, também seria bom que o Sr. Secretário Regional assumisse que se enganou, o Governo enganou-se e, por isso, agora, vem dar a mão pela sua má consciência...

Deputado André Bradford (PS): Não seja desagradável!

A Oradora: ... e vem corrigir aquilo que não deveria ter alterado. Este é o primeiro ponto. É um lado feliz e outro lado menos feliz.

Depois, Sr. Secretário Regional, eu já o disse aqui, ontem, e volto a dizê-lo, a democracia não pode dar direitos a uns ao mesmo tempo que retira direitos a outros. Portanto, aquela nossa antiga discussão, que já vem de outros antecessores do Sr. Secretário Regional, de que nunca foi definido nesta região o que são necessidades permanentes e, portanto, o atirar com as necessidades permanentes para justificar medidas e para justificar determinadas propostas não quer dizer coisa nenhuma, porque o Sr. Secretário Regional disse-me, aqui, neste Plenário, uma das últimas vezes que o convoquei a esta definição e o senhor teve a iluminação de me responder desta maneira: “Necessidades permanentes são as que não são transitórias e as transitórias são as que não são permanentes”. Esta definição, Sr. Secretário Regional, é curiosa,...

Deputado André Bradford (PS): Mas está esclarecida!

A Oradora: ... mas não quer dizer coisa nenhuma e é isso que o serve, é isso que serve, é que não queira mesmo dizer coisa nenhuma, porque quando ela começar a querer dizer alguma coisa, o Sr. Secretário Regional, que invocou, e bem, no início da sua intervenção, a negociação, longa, apurada, que teve com os sindicatos representativos...

Deputado André Bradford (PS): Viu como a gente tinha razão?

A Oradora: ... da classe, e muito bem, e que invocou que estas propostas de alteração vinham, aliás, no seguimento da audição e da receção, abertura do Governo às reivindicações dos sindicatos da classe, esqueceu-se de dizer uma coisa, Sr. Secretário Regional, que consta, aliás, dos pareceres pedidos por esta casa relativamente a este diploma.

Então, começemos, por exemplo, pelo SPRA, que diz assim, na sua página 26: “O SPRA vem defendendo, há muito tempo, a necessária estabilização dos

docentes nas escolas e esta só é alcançável através do reforço do número de lugares dos quadros de escolas, devendo, nesse sentido, serem aprovados critérios objetivos e mensuráveis para a abertura desses lugares”. Objetivos e mensuráveis. Necessidades permanentes o que são; necessidades transitórias o que são. “Assim, sempre que para cada grupo de recrutamento uma escola recorra, por um período de três anos consecutivos, a um número de docentes que chega ou que está fixado para a sua dotação de quadros, deverá ter lugar à abertura de vagas em número correspondente a esse excedente”, disse um dos sindicatos a quem o Sr. Secretário Regional acabou de afirmar que manifestou a maior abertura para as suas propostas.

O outro sindicato, o SDPA, relativamente exatamente ao mesmo problema, que são os cerca de 600 a 700 professores contratados na nossa região, ano após ano, até a um número de anos absolutamente inaceitável, em termos de estabilidade pessoal a que têm direito, estejam a substituir quem estiverem. Mas dizia eu, diz o SDPA, no seu parecer: “Por conseguinte, este sindicato considera que qualquer proposta de alteração ao diploma regulamentar do concurso deve...

Peço desculpa!

Deputado André Bradford (PS): Esteja à vontade!

A Oradora: Recorre à referência a vários articulados legais que nós, aqui, também já referimos: a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a Diretiva do Conselho de 1999, o Código do Trabalho, o Estatuto do Pessoal da Carreira Docente, e diz que estes diplomas legais, todos eles, são unânimes numa coisa: fixam que a integração do trabalhador contratado a termo em lugar de quadro vinculativo ocorra na sequência de três contratações, com determinação nas escolas do setor público da RAA de lugares de quadros correspondentes às contratações sucessivas.

Eu gostava de começar por perguntar ao Sr. Secretário Regional por que é que na sua alegria pelo consenso e pelo trabalho de negociação feito com os sindicatos representativos, com os dois que referi, o Sr. Secretário esqueceu-se de dizer a esta Câmara que, neste aspeto, não houve consenso nenhum, porque o diploma não traz nenhum tipo de alteração.

Deputado André Bradford (PS): Num artigo! O 39.º! Uma negociação é isso mesmo!

A Oradora: Ou seja, o Sr. Secretário, neste assunto, fez ouvidos mocos, não negociou coisa nenhuma, limita-se a dizer não, ponto final!

Deputado André Bradford (PS): Sra. Deputada, isso é mesmo assim!

A Oradora: Eu, ainda agora, ouvi o Sr. Deputada dizer à Sra. Deputada Graça Silveira para ela não mandar bitaites e estar calada, lembra-se?

Deputado André Bradford (PS): Não foi estar calada, foi inscreva-se!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi, foi!

A Oradora: Lembra-se, Sr. Deputado? Eu agora faço-lhe o mesmo convite. Posso fazer-lhe o mesmo convite?

Deputada Silveira (CDS/PP): Pelo menos é delicada, fez-lhe um convite!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora pode falar!

A Oradora: Não, não posso!

Deputado André Bradford (PS): Pode!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora pode falar ou não? Então, cala-se!

A Oradora: Disse bitaites, disse!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Por favor!

A Oradora: Então, inscreva-se, Sr. Deputado!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

A Oradora: Posso?

Finalmente, Sr. Secretário Regional, eu já não tenho tempo de lhe ler, até porque o Sr. Secretário Regional conhece o Decreto-Lei n.º 28/2017, de 15 de março, foi aqui há uns dias, onde, invocando exatamente os diplomas que, ainda agora, referi, os articulados legais que, ainda agora, lhe referi, a Diretiva do Conselho, a Lei Geral, etc., etc., diz o diploma, apela este diploma nacional à integração dos professores contratados anos sucessivos, ano após ano. Faz parte do seu preâmbulo e está bonito, parece mesmo quase literário, e eu sei que o Sr. Secretário Regional gosta de literatura.

Eu gostava de lhe fazer, para terminar, duas perguntas: Por que é que na Madeira, Sr. Secretário Regional, há mais ou menos o mesmo número de alunos que na RAA e há mais 1500 professores?

Deputado André Bradford (PS): A senhora está perguntando é à gente!

A Oradora: Primeira pergunta.

Segunda pergunta. Por que é que na Madeira o abandono e o insucesso escolar, sobretudo ao nível do secundário,...

Deputado Francisco César (PS): Tiveram um resgate há pouco tempo! Ficaram falidos!

A Oradora: ... é muito inferior ao nosso? Será porque há professores suficientes para investirem no ensino básico e no pré-escolar, por forma a garantir o percurso de sucesso e não um permanente percurso de frustração ou o Sr. Secretário considera que uma coisa não tem nada a ver com a outra?

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): A Madeira teve um resgate há pouco tempo!

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu não estou a falar do resgate!

Deputado André Bradford (PS): Faliu!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(Diálogo entre a Deputada Zuraída Soares e o Deputado André Bradford)

Deputado João Corvelo (PCP): Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

De há muito nos batemos pelo direito à estabilidade laboral, pessoal e familiar dos docentes como exigência de justiça para com quem trabalha, mas também como condição essencial para o sucesso do sistema educativo no seu conjunto. Esse é o princípio que continuamos hoje a defender.

No entanto, isso não nos impede, pelo contrário, obriga-nos a reconhecer hoje que existem problemas, que por serem localizados não são menos sérios, e que põem em causa esse sucesso que pretendemos alcançar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Assim, é o caso da ilha das Flores, onde as colocações dos docentes por três anos contribuíram de forma decisiva para um sucesso educativo assinalável, que é demonstrado por diversos indicadores e que se comprova na prática, no dia a dia, de quem conhece realmente a realidade da Escola Básica e Secundária da Ilha das Flores.

Essa estabilidade teve também impactos positivos importantes na forma como a Escola, aberta e dinâmica, se relaciona com a comunidade à sua volta, mas também na própria ilha, contrariando as dificuldades em fixar população, resultado das políticas dos sucessivos governos regionais.

O ensino é uma edificação colectiva, que exige o esforço empenhado de toda a comunidade, dentro e fora das paredes da escola. Um projecto educativo é muito mais do que os conteúdos curriculares ou os resultados da sua avaliação,

é também uma rede indispensável de relações humanas e sociais ligada à comunidade em que se insere,

A construção de um projecto pedagógico vivo e dinâmico, mas também coerente e efectivo não é compatível com a instabilidade quase permanente dos seus actores. Assim, a mudança brusca, a um ritmo anual, de mais de 70% do corpo docente, vai pôr seriamente em causa os sucessos educativos obtidos pela comunidade escolar florentina.

Isto mesmo foi reconhecido por unanimidade pelo Conselho de Ilha das Flores que, em reunião extraordinária, no passado dia dois de Março, afirmou que, e passo citar: “Constitui *um retrocesso no desenvolvimento de muitos dos projectos em que esta Escola se tem envolvido, pelo que deliberou manifestar a sua veemente discordância com as propostas para o novo Regulamento de Concurso do Pessoal Docente.*” Citei.

Não conseguimos conceber um sistema educativo que não ponha os alunos no centro das suas preocupações e na mais alta das suas prioridades. O superior interesse das nossas crianças e jovens, as condições do sucesso dos seus percursos de aprendizagem e crescimento não pode, na nossa opinião, passar para segundo plano em relação a outras considerações.

A instabilidade crónica e permanente do corpo docente, que pode resultar, na ilha das Flores, da anualidade dos concursos, vai contribuir para cavar ainda mais fundo as discrepâncias e os ritmos diferentes de desenvolvimento, que nos tornam hoje uma Região mais desigual e menos coesa.

Entendemos as vantagens da anualidade dos concursos do pessoal docente noutras ilhas, em contextos sócio-educativos diferentes. Mas estamos certos dos problemas e prejuízos que essa mesma anualidade pode trazer à nossa ilha, à Escola Básica e Secundária das Flores e, o que é mais grave, às crianças e jovens da ilha das Flores.

Assim, apresentaremos muito em breve uma proposta que defenda a estabilidade docente das ilhas mais vulneráveis. E se não fizemos agora, foi devido à forma intempestiva como o PS impôs este agendamento.

Estamos convencidos que é de elementar justiça proteger um projecto educativo que se tem desenvolvido com sucesso e valorizar o impacto positivo que a Escola tem, a múltiplos níveis, sobre a ilha das Flores. É isso o que pretendemos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Bem-vinda ao debate! Julguei que não ia falar!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Cá estou!

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É com enorme gosto e respeito democrático que o Partido Socialista se junta a este debate, a esta análise e votação deste diploma. Com emoção, também, por via da minha profissão, e, portanto, é um regozijo fazer este debate.

Quero saudar a comunidade educativa,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... quero saudar os professores e quero saudar o Governo e os sindicatos aqui presentes...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... pelo excelente trabalho feito, desde o dia 25 de novembro, ouvindo os sindicatos, dialogando, disponibilizando-se para as alterações necessárias. É um trabalho que é consequência da vontade dos açorianos, a 16 de outubro,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e é preciso que isso não seja esquecido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Partido Socialista tem, teve e estou certa que terá sempre a capacidade de ouvir e sentir a população, nunca se escusará a tal; o que o Partido Socialista não faz, que é aquilo que, de certa forma escondida, aqui, é feita, é o de colocar professores contratados contra professores que estão vinculados e isso nós não aceitamos,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque é preciso, Sra. Deputada, saber bem do que é que se fala quando se alude às carreiras docentes.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ser professor na nossa região é uma enorme garantia de estabilidade, é estabilidade democrática, como, há pouco, dizia a Sra. Deputada Zuraida Soares, noutra contexto, porque, efetivamente, quando nós, professores, estamos efetivos e por outras circunstâncias de vida exercemos outras funções, como é o caso de muitos colegas aqui, nesta casa, e também aqueles que nos assistem, têm o direito (o direito!) de quando terminarem estas funções voltarem ao seu lugar de origem.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): E os contratados também têm direito!

A Oradora: Esse é um direito. Não ponha, Sra. Deputada, professores contra professores, isso fez o PSD, há quatro anos, não volte a fazer aqui, na RAA.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): O PS é que fez!

A Oradora: Esta é, desde logo, a primeira questão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E quero continuar a dizer que um professor contratado tem todo o direito inerente ao Estatuto da Carreira Docente. Mas repare e é preciso perceber...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): O PS é que não está a defender!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Isto é extremamente importante. Sabe que...

(Diálogo entre o Deputado Francisco César e a Deputada Maria João Carreiro.)

Presidente: Sra. Deputada!

A Oradora: Os professores estão a aguardar pelo resultado desta votação, Srs. Deputados, os professores estão a aguardar pelo resultado desta votação. Isto é que é verdadeiramente importante.

E continuava, relativamente aos professores contratados...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! A Sra. Deputada Sónia Nicolau está a tentar fazer a sua intervenção!

Sra. Deputada Sónia Nicolau, penso que estão agora reunidas as condições.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Dizia, relativamente aos professores contratados, todos sabemos que o que leva à necessidade de abertura de um lugar para um professor contratado tem a ver com aqueles que estão fora destas funções e também algo que, custa a vir um elogio por parte de alguma oposição, aí tenho que ser muito correta, é de dizer que os professores que estão afetos aos projetos pedagógicos no âmbito do ProSucesso e que tem um plano de dez anos são professores que estão lá a ocupar estas posições relativas a projetos pedagógicos e a questão que se põe, e para terminar, é a perspetiva com a qual nós estamos, estamos a olhar pela visão da ocupação da vaga ou pelo lado da visão do professor. E a questão que aqui se coloca, Sras. e Srs. Deputados, é o que é que nós fazemos, hipoteticamente, se abriremos vagas, como aqui já foi aludido, para um conjunto de professores contratados, com todas as expetativas naturais e, depois, eu, por exemplo,

quando terminar as minhas funções, porque isto de ser deputada não é uma profissão,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é para todos!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para alguns é!

A Oradora: ... portanto, quando terminar, o que é que acontece? Temos dois professores do mesmo grupo, com a taxa de natalidade a reduzir, e como é que nós ficamos? Com horário zero.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Não faltam outras medidas! Não conhece as medidas pedagógicas?

A Oradora: E como é que nós vamos resolver os horários zero? Como o seu Governo resolveu no Governo da República:...

Deputado João Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: ... vamos despedir professores, é isso que nós vamos fazer, Sra. Deputada?

Sabe qual é a vantagem do Partido Socialista estar no Governo? É que o Partido Socialista é responsável e conta com a irresponsabilidade de V. Ex.^{as}.

Deputado João Costa (PS): Muito bem!

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Não me diga!

Deputado Paulo Parece(PSD): Estamos sempre abertos para aceitá-la!

A Oradora: Em segundo lugar, o regulamento que nós, hoje, aqui, debatemos e iremos aprovar é um regulamento extremamente importante, com responsabilidade, é extremamente importante. As suas alterações, algumas, aqui, foram aferidas pelo Sr. Secretário, aquelas que são as mais prementes em necessidades e que têm sido também reivindicações dos senhores professores e dos sindicatos.

Eu tenho aqui um conjunto delas, mas há a referir também uma que me parece bastante importante na ordenação dos concursos internos de afetação, por exemplo, a questão da natalidade, da professora que está grávida. Há uma

ordem de prioridade. Ou, então, o facto de ter menor a seu cargo, de 12 meses, isto é, Sras. e Srs. Deputados, uma coragem de introduzir numa ordem de concurso interno de afetação uma característica de fixação de pessoas nas ilhas. Em terceiro lugar, dizer o seguinte. Nós estamos aqui com humildade democrática...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nota-se!

A Oradora: ... e fomos julgados, a 16 de outubro, estamos aqui para cumprir os nossos compromissos eleitorais, sem dúvida, e não tenham dúvidas que o Partido Socialista terá sempre capacidade para dialogar. Aliás, há pouco, o Sr. Secretário dizia, na sua intervenção inicial, quase como atendendo às questões que, eventualmente, iriam ser colocadas, “E se as coisas não correrem bem em determinados artigos?”, o Sr. Secretário foi claro, porque esta é a mensagem clara do Partido Socialista. Nós não temos qualquer problema em ouvir a sociedade e transformar o desejo da sociedade em letra de lei. Isto não é recuo, isto é ouvir os açorianos...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e nós vamos fazê-lo sempre.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Dizer, para terminar, que a maioria do PS é a maioria da vontade dos açorianos, não é a vontade da minoria da oposição.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Olhe, mas está em minoria no continente e está lá!

A Oradora: Esta é a certeza que nós temos na análise e votação deste regulamento.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não estou a fazer juízo de valor!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Em qualquer caso, sempre com o Partido Socialista!

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A posição do CDS em relação a esta questão do concurso dos docentes na região é clara. Sempre defendemos que o mérito deve ser premiado e, portanto, sempre consideramos que nos concursos às escolas os professores devem ser ordenados em função da sua graduação, inclusivamente, uma das questões que é hoje, aqui, trazida à discussão, nesta alteração, é exatamente a fórmula do cálculo da graduação profissional.

Deputado André Bradford (PS): É o mérito!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Também é!

A Oradora: Já lá chegamos.

Portanto, todas as prioridades que se introduziu no sistema que subvertem o mérito, obviamente que não podemos estar de acordo. Estamos sensíveis à necessidade da estabilidade dos quadros docentes, mas sempre defendemos, nesta casa, que garantir a estabilidade do quadro docente por três anos era um mal menor, ou seja, nós sabemos que aquela escola precisa de ter docentes por mais tempo. E todos nós sabemos que concorrer por três anos para São Miguel, para a Terceira ou para São Miguel é um bónus,...

Deputado André Bradford (PS): É para São Miguel ou para São Miguel?

A Oradora: ... que só passa a ser, efetivamente, uma prioridade quando estamos a falar em concursos por três anos para escolas que, efetivamente, têm uma maior necessidade de docentes...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para as Flores, para as Flores!

A Oradora: ... e que têm uma maior necessidade de garantir a estabilidade do quadro docente.

Não deixa de ser interessante verificar que o Sr. Secretário assume que já temos estabilidade dos quadros docentes,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vamos ver!

A Oradora: ... que nos podemos dar ao luxo de retirar a prioridade dos três anos, mantém a perversão das prioridades regionais.

Mais. Por um lado, considera que temos estabilidade e retira-se a prioridade por três anos, mas, depois, cria-se uma medida adicional completamente perversa,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ... que é cada professor que vai à escola pode ter meio ponto por cada ano que está na escola. No fundo, aquilo que o Sr. Secretário está a fazer é dar bónus a docentes por cada dois anos que são exilados fora do seu agregado familiar.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Exilados?!

A Oradora: Exilados fora do seu agregado familiar, independentemente da ilha. Se a minha ilha de residência é aqui, que eu tenho a minha família, tenho os meus filhos, eu vou por dois anos a outra ilha qualquer só para conseguir ter um ponto e, depois, volto. Chama a isto o quê?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Educação!

A Oradora: Dois anos de férias? Ou abandono voluntário do agregado familiar?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Educação!

A Oradora: Oh, Sra. Deputada, falou e eu ouvi-a!

Aquilo que está a fazer é isso. Esta medida alternativa é perversa e não vai garantir a estabilidade das escolas com maiores necessidades de quadros docentes, que são as ilhas mais pequenas.

Deputado André Bradford (PS): Exilados das Flores e Graciosa!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O artigo “Professores rasca” fala nisso!

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

A Oradora: Eu não dei nomes a ilhas.

Eu até posso viver no Faial, no Pico ou no Corvo e ter que sair da minha ilha.

Eu disse: sair do meu agregado familiar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ganharam as eleições nas Flores?
Ganharam? Então, não estão legitimados para...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É ali o Valadão!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o argumento da Deputada Sónia Nicolau!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: A Sra. Deputada Graça Silveira defende uma visão que tem para as alterações que estão a ser aqui discutidas no âmbito do DLR, que, se lhes derem autorização, continua a sua intervenção.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Exatamente porque o CDS defende o mérito e considera que todas as intromissões que as outras prioridades têm feito não têm contribuído para uma melhor aprendizagem dos nossos alunos, não têm contribuído para um maior sucesso dos nossos alunos, como, de resto, os resultados estão à vista, tem

preocupação com a alteração que foi feita neste regulamento à fórmula de cálculo. Porque se é verdade que a fórmula de cálculo, como estava inicialmente, permitia aos docentes ter o melhor dos dois mundos, que era escolherem a melhor nota da formação que tinham e ficavam a contar um valor por todo o tempo de serviço docente, bem verdade é que com esta alteração estamos a prejudicar imensos docentes, que se têm que fazer uma formação para poderem mudar de área pedagógica, automaticamente ficam com todo o tempo anterior com meio ponto.

Portanto, o CDS considera que deveria haver uma intervenção mais cirúrgica, ou seja, porque não dizer que sempre que se faça uma pós-graduação ou uma nova formação dentro da mesma área e se decida optar pela melhor nota, então, aí, sim, passa a ter meio ponto. Em vez de ter o melhor dos dois mundos, a melhor nota e sempre um ponto, sempre que faça formação adicional, uma pós-graduação na sua área de formação inicial e quiser optar para melhor nota, então, aí, sim, passa a ter meio ponto. Seria uma forma muito mais cirúrgica de atuar sobre o problema...

Deputado André Bradford (PS): Continuamos sem propostas de alteração!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para quê? Para vocês chumbarem? Não vale a pena!

A Oradora: ... e muito mais avisada.

Tivemos oportunidade de o dizer, em sede de discussão do diploma.

Quanto à questão da precariedade dos docentes na região, registo que o Sr. Secretário prefere prevenir uma praga virtual, que são os horários zero, que não existem na região, em vez de combater uma praga real que é, efetivamente, a quantidade de professores que temos na região em situação precária.

Não defendo nem que haja uma norma impeditiva com mais de três ou de quatro ou de cinco concursos, não defendo que tenham que ser todos integrados no quadro; eu não vou apresentar aqui uma proposta que seja irrealista. É

fundamental que o Sr. Secretário, de uma vez por todas, diga quantos professores estão em secretarias, em sindicatos, no Governo,...

Deputado André Bradford (PS): Na Assembleia!

A Oradora: ... que têm a possibilidade de voltar; quantos docentes existem em situação precária...

Deputado André Bradford (PS): E propostas do PSD?

Deputado António Parreira (PS): Os da Assembleia não contam!

A Oradora: ... e qual é a forma realista de acabar com esta precariedade. Até porque a tal norma transitória em relação aos três ou quatro anos ia criar o efeito perverso que nós conhecemos na contratação pública que é: concorreu três anos seguidos, não pode concorrer mais, o que é que acontece? Fica de fora. Mas como a oferta é grande vem outro, que ainda só tem dois anos seguidos. Portanto, isto iria introduzir uma perversão que não sei se ajudaria no combate à precariedade.

Portanto, Sr. Secretário, eu agradecia que apresentasse alternativas que, na sua opinião, sejam credíveis quanto à precariedade, em vez de estar preocupado com a praga dos horários zero, que não existem na região, e qual é a sua opinião sobre a alteração que nos traz aqui, hoje, sobre a fórmula de cálculo para a graduação profissional.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Era para solicitar ao Sr. Secretário Regional da Educação, que mostrou ali um quadro, se podia entregar na Mesa para ser distribuído aos grupos parlamentares.

Deputado André Bradford (PS): Depende, depende do que estiver no quadro!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Fica registada a sua interpelação. Depois, se o Governo entender disponibilizar, faremos a respetiva distribuição.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

A Sra. Deputada inscreveu-se primeiro, a seguir o Sr. Secretário.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente aos professores contratados, Sr. Presidente, independentemente de haver muitos ou não, o que há, porque nós, se formos analisar os quadros que estão disponíveis nos vários relatórios da educação disponibilizados pelo vosso departamento do Governo, ano após ano, nós constatamos um número significativo de professores contratados.

Relativamente ao ano anterior, não sei, inclusivamente, apresentamos um requerimento ao vosso gabinete, já ultrapassou o prazo, aguardamos ainda resposta, portanto, relativamente a este ano, realmente não posso dizer.

Ainda essa questão, importa aqui esclarecer o seguinte. Contratados ou professores do quadro, merecem todo o nosso respeito e a nossa defesa. Portanto, nesse sentido, estes professores contratados representam pessoas, representam famílias. Quando nós dissemos, relativamente à questão de não haver uma limitação de contratação sucessiva, existe a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, existe uma norma, que já foi aqui referida, a nível do Ministério da Educação, não estou a dizer se são três, se são quatro, se são cinco, a questão é que não podemos manter esses professores, contratados anos e anos após anos, numa situação de instabilidade pessoal e familiar.

Além disso, quanto à eventualidade de haver um quadro excedentário, não faltam alternativas, desde os projetos que o Sr. Secretário falou, e muito bem, do ProSucesso, e existem outras. Nós podemos diminuir o número de alunos por turma, atendendo aos resultados educativos que pautam nos Açores, que

nos colocam na cauda do país e que essa realidade existe, não podemos ignorar nem fingir que não existe, porque existe mesmo, alternativas. Uma delas poderá passar por diminuir o número de alunos por turma, para que possamos estar mais dedicados a esses alunos.

Outra forma ainda. Mesmo que não seja diminuindo o número de aluno por turmas, podemos invocar o caso da China, em que o número de alunos por turma é superior ao nosso, mas, em contrapartida, o docente tem uma componente letiva inferior, em que poderá dedicar-se com mais atenção a determinados alunos. Por que não usar esses exemplos? São exemplos de sucesso. Ponto um.

Relativamente ao ponto dois, Sr. Secretário, relativamente à bonificação em determinadas ilhas, eu queria dizer que é assim: da nossa parte não foi dito, não são ilhas periféricas, Sr. Secretário, como referiu, porque as ilhas dos Açores, sejam maiores ou mais pequenas, não são periféricas, nem dos Açores nem de ninguém. Portanto, são ilhas que, perante a situação de despovoamento e perante a situação que poderá causar uma instabilidade do quadro docente, poderá ser aplicada alguma forma de sistema de incentivo. E se podemos consultar os pareceres que anexam à presente proposta de alteração ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente, todos eles, aqueles que emitem pareceres sobre essa questão das ilhas que serão, eventualmente, prejudicadas, emitem parecer negativo relativamente à bonificação dos 0.5 e até vão de encontro a um outro sistema...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ao encontro!

A Oradora: ... de benefícios que existe...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ao encontro! É ao encontro!

Presidente: Sra. Deputada!

A Oradora: Portanto, conforme o que está escrito no parecer, eles invocam os próprios mecanismos que existem no estatuto, portanto, existe alguma razão, é só operacionalizar.

Ponto três. O Sr. Secretário não me respondeu relativamente à questão da norma transitória, se há ou não ultrapassagens, então, em que medida é que um professor que ficou no quadro escola no âmbito do concurso interno 2015/2016 a 2016/2017, se não ficará numa prioridade inferior, por um professor que seja agora opositor no concurso externo e que permitirá, seja por afetação, seja no âmbito do concurso interno, se não estará numa prioridade superior relativamente aos restantes.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Creio que não tenho muito tempo, vou procurar, na medida do possível, tocar nas questões que me foram colocadas.

Efetivamente, a Sra. Deputada Maria João Carreiro tinha levantado, na primeira leva de perguntas, a questão da norma transitória, à qual eu me esqueci de responder.

Nós estamos em crer que adotamos a norma transitória mais segura, aquela que mais protege os docentes, as expectativas dos docentes e que mais evita ultrapassagens.

Eu entendo muito bem a questão que está a colocar, agora, uma coisa é certa, temos de ver a parte jurídica e nem sempre direito é sinónimo de justiça. Não se pode colocar um docente, um conjunto de docentes que concorre numa altura em que já foi revogada a obrigatoriedade dos três anos ao abrigo dessa obrigatoriedade dos três anos. O problema está fundamentalmente aí.

Retomando.

Começava agora pela Deputada Zuraida Soares. Oh, Sra. Deputada, na política, a capacidade de adaptação é a principal virtude, sem dúvida. E se, há anos, se caminhou num sentido e se, agora, se está a caminhar noutro sentido é porque, efetivamente, nesse lapso de tempo houve, efetivamente, muitas coisas que se alteraram e que justificaram agora uma mudança de atitude.

Pergunta-me, uma vez mais, sobre a questão das necessidades permanentes. Bem, eu não vou repetir a resposta que dei.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada!

O Orador: Admito que até seja assim um pouco caricata, cómica, portanto, estou completamente de acordo, mas, oh, Sra. Deputada, no diálogo que mantivemos com forças sindicais, e com as forças sindicais nós não chegamos sempre a consenso, ressalve-se também, no diálogo a que chegamos com as forças sindicais, nós conseguimos, em sede do Estatuto da Carreira Docente, no seu artigo 44.º, n.º 4, definir aquilo que nos parece ser, efetivamente, as necessidades permanentes. Não conseguimos melhor definição.

De resto, diz que no parecer do SPRA há um pedido de reforço de lugares nas escolas, de lugares permanentes nas escolas. Eu creio que isso está contemplado, pelo menos parcialmente, neste novo Regulamento de Concurso do Pessoal Docente, no seu artigo 4.º. Nós tivemos essa preocupação.

Mais. Nós consideramos que, efetivamente, estamos obrigados ao cumprimento de uma diretiva europeia, uma diretiva europeia que ainda vem do século passado, mas também estamos convencidos de que essa diretiva europeia pode ser cumprida de diversas formas e nós optámos por cumpri-la de uma determinada forma,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas vem do século passado!

O Orador: ... que pode merecer a sua concordância...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ou não!

O Orador: ... ou a sua discordância, estou completamente de acordo.

Quanto ao consenso com os sindicatos, está respondido. Não houve consenso absoluto com sindicatos alguns, houve, efetivamente, aproximações e houve, acho, boa fé na conversa que todos nós tivemos uns com os outros, tão só isto e eu não espero mais do que isto da reunião com sindicatos e das negociações com sindicatos.

A questão da Madeira. Mais 1500 professores na Madeira, menos 1500 professores nos Açores.

Deputado Francisco Coelho (PS): E mais oito mil funcionários públicos, é um exemplo!

O Orador: Eu penso que o número, eu penso que a diferença não é tão grande,...

Deputada Zuraida Soares (BE): É, é grande!

O Orador: ... mas, como também não tenho aqui dados muito seguros, não vou entrar por esse caminho, mas uma das explicações pode estar, por exemplo, no seguinte: na Madeira, estão incluídos no número de professores, por exemplo, os educadores, que aqui, nos Açores, não estão porque nós temos uma rede, de certa forma, paralela de IPSS que faz o essencial do pré-escolar. Pode estar aí uma explicação para a diferença.

Deputada Zuraida Soares (BE): Aqui não são professores!

O Orador: Pode estar aí uma diferença para os professores.

Mas eu digo-lhe mais, Sra. Deputada, e estes dados são mais ou menos seguros: nos últimos cinco anos, na Madeira, o número de professores diminuiu em cerca de 600; nos últimos cinco anos, nos Açores, o número de professores aumentou em cerca de meia centena.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Dir-me-á: Tão pouco! Mas, na Madeira, claro que diminuiu o número de alunos em cerca de 7500 e, nos Açores, a diminuição foi mais ou menos a mesma.

Portanto, se há um decréscimo de 600 na Madeira e aqui há um acréscimo de 50, não pode dizer que nós não estejamos sensíveis à necessidade de apoio de que os alunos, efetivamente, carecem.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Passava à frente, ao Sr. Deputado João Corvelo.

Eu já respondi à questão dos três anos; eu tive a preocupação de, na minha intervenção inicial, dizer qual era a solução que nós estávamos a apontar, neste momento, para eventual aplicação nas Flores ou noutras ilhas, para que não houvesse prejuízo resultante da revogação da obrigatoriedade dos três anos e tive, inclusivamente, a humildade de dizer que se isso não resultasse, estaríamos aqui na disposição de estudar as melhores soluções.

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine. O seu tempo já terminou.

O Orador: Muito obrigado. Eu termino já.

De resto, Sr. Deputado, não é verdade que tenha havido debandada de professores das Flores, que venha haver debandada de professores das Flores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas vai haver! Estão exilados!

O Orador: A saída das Flores, aliás, temida, hoje em dia, por concurso interno de afetação de professores colocados no próprio ano é muito difícil, porque esses professores ficam colocados numa prioridade muito baixa, aliás, no último concurso, das 229 colocações para afetação, somente quatro vieram das Flores.

Relativamente ao agendamento intempestivo deste documento, eu gostaria de não meter a foice em seara alheia, porque eu nada tenho a ver com isto,...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Não! Tem a ver é com a urgência!

O Orador: ... agora digo-lhe aqui uma coisa, a discussão deste diploma, neste mês de março, pode significar a diferença entre haver ou não haver concurso...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Entre a vida e a morte!

O Orador: ... de professores em 2017, isso,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é verdade!

O Orador: ... sem dúvida nenhuma.

Presidente: Sr. Secretário, tem mesmo de terminar!

O Orador: Pronto! Vou terminar, não posso avançar mais.

Eu tenho aqui o tal quadro,...

(Neste momento, o Sr. Secretário mostra um gráfico à Câmara)

... que, aliás, eu estava (só um minuto, Sra. Presidente) para utilizá-lo na sequência da intervenção da Deputada Sónia Nicolau, o Sr. Deputado Artur Lima solicitou que eu o evidenciasse, eu posso evidenciar. Efetivamente, nós temos muitos professores contratados, porque nós temos muita gente fora do sistema e que mantêm, obrigatoriamente, o seu lugar. Por exemplo, em mobilidade com escolas do continente e da Madeira temos 32; na Rede valorizar temos 12; na afetação à intervenção precoce 16; licenças sem remuneração, consideradas de interesse público, quase todas, 50; atividade sindical 9; requisições 51; comissões de serviço 44; membros de conselhos executivos de escolas 146; dispensa total da componente letiva por motivos de saúde 10; mobilidade interna na modalidade inter carreiras 1; licença especial para Macau 1; e, depois, em programas provisórios no âmbito do ProSucesso, no pré-escolar temos 83, no primeiro ciclo 188, no segundo ciclo 174, no terceiro ciclo 282. Isto é que justifica a contratação anual de muitos professores...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... provisórios.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem, Sr. Secretário!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. O Governo esgotou o seu tempo.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu agradeço ao Sr. Secretário, agradeço-lhe muito a leitura do documento, mas o que eu tinha pedido era que nos pudesse fazer chegar cópia desse documento.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Exatamente!

O Orador: Muito obrigado!

Presidente: Fica registada a sua interpelação e se o Governo, depois, quiser disponibilizar o documento, será distribuído a todas as bancadas.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Aliás, os deputados do PS já têm!

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixem-me fazer apenas uma pequena nota.

Ver a condução deste debate e ver que todo ele conduz para a questão a que se chama precariedade e contratados. E não se releva a importante conquista que, hoje, os professores têm, que é de garantir um regulamento que responde às suas ansiedades.

Portanto, a condução do debate da oposição dá bem nota, não quero crer, do incómodo, porque, no passado, tiveram uma posição que, agora, se associa a

esta, mas gostava de ver um debate relativo ao regulamento e não o ir por portas paralelas para a questão da precariedade.

Duas notas apenas.

O Sr. Deputado do PCP referiu a questão da precariedade que intenta poder vir a acontecer na ilha das Flores, na escola. Eu gostava só de relembrar, e aludiu a esse facto, a questão, por aquilo que eu entendi e fazendo aqui o paralelismo com o Conselho de Ilha, da necessidade e importância dos três anos, ou seja, ficar os três anos, penso que foi isto que subentendi da sua leitura, eu acho isto tudo muito estranho, porque o PCP, no último regulamento, votou contra a questão dos três anos. O artigo n.º 9, o PCP votou contra. Portanto, eu não percebo este vai e vem do PCP. É conforme o populismo dá jeito.

Deputado João Corvelo (PCP): Não é!

A Oradora: Em 2012, votou contra e agora estamos a ver o que é que vai votar.

Está aqui nas votações, Sr. Deputado!

Quanto à questão que foi aqui aludida. Eu quero relembrar e vou dizê-lo, este regulamento é uma enorme conquista para os professores para o diálogo democrático. É preciso não esquecer isto.

Quanto à questão de reduzir o número de alunos no seu coeficiente com o número de professores, bastaria lembrar o Corvo, por exemplo, o número de professores que tem, o número de alunos que tem e os resultados nacionais, que são conhecidos de todos nós. Portanto, acho que cabe a todos nós e temos competência para fazer esta leitura.

Acrescento que no Estatuto da Carreira Docente, onde define o número de alunos por professor, o PSD, na altura, não votou contra.

Portanto, e para terminar esta segunda intervenção, dizer que é um enorme gosto estar cá, hoje, é com um enorme gosto que o Partido Socialista se associa ao seu compromisso eleitoral, à garantia dos concursos anuais, à revogação da

permanência de três anos e à possibilidade de libertação dos professores aquando do concurso extraordinário.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço desculpa, mas, na realidade, é inevitável falar na precariedade relativamente a este concurso e a este regulamento, não só porque o combate à precariedade e, portanto, a busca e a aposta num emprego de qualidade é o principal desígnio deste Governo Regional, e a precariedade também existe na classe docente, como é inevitável falar em precariedade, porque, da mesma maneira que o Governo Regional emendou a mão, e bem, com estas propostas de alteração relativamente ao passado, mais cedo do que tarde fá-lo-á relativamente à precariedade reinante na classe docente na RAA.

E, já agora, Sras. e Srs. Deputados, dizer o seguinte. Quem coloca professores precários contra professores que estão efetivos...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): São eles!

A Oradora: ... não é o Bloco de Esquerda, quem faz essa dicotomia é quem trata uns como profissionais de primeira e trata outros como tarefeiros, anos após anos, é quem faz uns fazerem exatamente o mesmo trabalho que todos os outros,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Até parece que os professores estão no quadro do Bloco de Esquerda! São efetivos!

A Oradora: ... retirando-lhes todos os direitos que os outros têm. Portanto, isto está longe de corresponder a uma política verdadeiramente socialista.

Depois, Sras. e Srs. Deputados, é irreal defender que um professor contratado ao fim de três contratos sucessivos na escola deve ser integrado? Oh, Srs. Deputados, vamos ter, então, que alterar completamente, senão deitar no caixote do lixo, por irrealidade, nada mais nada menos do que o artigo 44.º do Estatuto do Pessoal Docente na RAA; vamos ter que alterar ou pôr no caixote do lixo o artigo 60.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; vamos ter também que alterar ou pôr no caixote do lixo o artigo 148.º do Código do Trabalho, e, já agora, aproveitamos, pegamos na tal diretiva do século passado, como diz o Sr. Secretário, e metemo-la também no caixote do lixo, porque tudo isto é irreal. Oh, Sras. e Srs. Deputados, vamos lá a ver se conseguimos encontrar um bocadinho de coerência, de consenso e de bom senso, como diria, no meu lugar, o Sr. Deputado André Bradford.

Finalmente, Sr. Secretário, em vou dar-lhe uma ajuda relativamente às necessidades permanentes. Não é que o SPRA, por exemplo, no seu parecer, diz assim, o cumprimento da tal norma que ao fim de três anos consecutivos de contrato, o professor deve ser integrado, diz assim: “O cumprimento desta norma obrigará que para a determinação das necessidades permanentes das escolas...”, determinar o que são necessidades permanentes nas escolas, que nós continuamos sem saber, “... sejam tidos em consideração:...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente, é só um minuto.

...1) O número de horas de redução da componente letiva de que os docentes já providos no quadro beneficiam, por idade e tempo de serviço prestado; 2) A existência de turmas com um número reduzido de alunos em função de nelas estarem integrados alunos com necessidades educativas especiais;...”, outra, “O desdobramento das turmas nos termos legalmente estabelecidos”, outra, “Os

cargos de natureza pedagógica cuja atribuição resulta na redução da componente letiva”,...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Temos as turmas mais pequenas do país!

A Oradora: ... e finalmente, “Os docentes com mais de 60 anos e que se encontram de baixa médica prolongada”. Dei-lhe uma ajuda, Sr. Secretário Regional, não é minha, é daqueles senhores que estão ali em cima.

Deputado Manuel Pereira (*PS*): Bem me parecia!

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Mas, já agora, pode...

É daquele sindicato que está ali, está no público, não está clandestino, está ali. Eu posso referir-me a ele, com respeito.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Não pode!

A Oradora: Ai, posso, posso!

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada!

A Oradora: E vou continuar a referir!

Nas próximas negociações, se o Sr. Secretário Regional tiver em consideração este aspeto, é-lhe mais fácil definir o que são necessidades permanentes.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Não se pode manifestar para as galerias nem as galerias se podem manifestar. São as regras!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Duarte Freitas, pede a palavra para? Uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos, por favor.

Presidente: É regimental. Regressamos dentro de 30 minutos.

Eram 17 horas e 44 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 24 minutos.

Foram distribuídas já a todas as bancadas as últimas propostas de alteração, digo últimas, porque penso que não há mais nenhuma proposta a entrar.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para se inscrever?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui a discutir uma alteração legislativa que é difícil de explicar, cuja motivação é difícil de explicar.

Aqui há uns anos, em 2008, quando exercia funções de Presidente do Conselho Executivo de uma unidade orgânica dos Açores, tive uma reunião com outros colegas, presidentes de outras escolas, a quem mostrei a evolução do sistema legislativo a nível da região. Eles ficaram espantadíssimos com o número de alterações que sucediam todos os anos no âmbito do sistema educativo açoriano e perguntaram-me, disseram-me, “Vocês têm, realmente, um sistema parlamentar muito instável. Não há, com certeza, maiorias absolutas e os Governos não duram muito tempo”. Disse-lhes que não, tive algumas dificuldades em explicar-lhes, não é bem assim, nós temos um sistema parlamentar em que ganha o mesmo partido desde 96.

Deputado André Bradford (PS): Mas o que é que isso tem a ver?

O Orador: Eles disseram, “O quê? O mesmo partido desde 96? Então, umas vezes é apoiado pela direita, outras vezes é apoiado pela esquerda?”. Ganha quase sempre com maioria absoluta, desde 2000 que ganha com maioria absoluta. “Maioria absoluta? Então, o que é que se passou...

Deputado José Contente (PS): Isso é como a Rainha de Inglaterra!

O Orador: ... então para que existam tantas alterações e tão significativas?”. Eu tive que lhes dizer que isso tem a ver com o facto de o Partido Socialista, o nosso Partido Socialista, aqui, nos Açores, ter circunstâncias muito especiais, ou seja, eles querem ser quem governa e também,...

Deputado André Bradford (PS): Já a Rainha de Inglaterra muda todos os anos!

O Orador: ... ao mesmo tempo, querem ser oposição.

(Apartes inaudíveis de vários Deputados da Câmara)

O Orador: Portanto, o que é que aconteceu? Neste momento, temos uma alteração do Partido Socialista que, neste momento, está na oposição.

Deputado André Bradford (PS): Leu muito bem! Leu muito bem isso!

O Orador: A anterior legislação era a legislação do Partido Socialista que estava no Governo.

Deputados José Contente e Francisco César (PS): Isso é um elogio!

O Orador: E a alteração que estava no Governo dizia assim (Eu gosto muito de ler os preâmbulos. A malta normalmente, desculpem, os Srs. Deputados não ligam muito aos preâmbulos, eu tenho a mania de ler os preâmbulos.), o que é que dizia o preâmbulo da legislação que está em vigor? Dizia assim: “O presente diploma visa aprovar o novo regime de procedimentos concursais do pessoal docente, tendo presente o facto de, nos últimos anos, a crescente oferta de docentes candidatos aos concursos da RAA ter permitido dotar os quadros

com recursos humanos de docentes qualificados necessários ao seu normal funcionamento, deixando, assim, de se justificar a abertura anual de lugares do quadro por inexistência dos mesmos”. Isto era o Partido Socialista que estava no Governo.

Entretanto, o que é que aconteceu? Uma coisa extraordinária, que até tenho dificuldade em explicar estas coisas. Então, depois, a legislação estava prevista, a própria Sra. Secretária Regional da Educação dizia, “Portanto, neste momento, só voltamos a ter concursos em 2016.”. E o que é que aconteceu? O que aconteceu é que voltou, novamente, o Partido Socialista da oposição. Portanto, o que estava no Governo estabeleceu que existia, a partir de agora, os concursos eram de quatro em quatro anos; o que estava na oposição disse, “Não, não! Assim não está muito correto. Embora esteja na legislação que os concursos são de quatro em quatro anos”, vamos ver o que é que aconteceu. Tivemos concursos, meus senhores, todos os anos (todos os anos!). Daí para a frente, depois de ter ficado estabelecido que era de quatro em quatro anos, os concursos realizaram-se todos os anos.

Deputado André Bradford (PS): Mas por que é que se fizeram esses concursos extraordinários, Sr. Deputado?

O Orador: Mas, mesmo assim, a oposição da oposição, no Partido Socialista, porque, depois, há uma terceira vertente, ainda há uma oposição da oposição, e a oposição da oposição do Partido Socialista achou, “Não! Um não chega! Está estabelecido quatro, mas um é pouco, então, vamos...”, em alguns anos tivemos concursos duas vezes por ano (duas vezes por ano!), ou seja, neste período, tivemos seis concursos e o que era pressuposto, de acordo com a legislação, é que não tivesse sucedido nenhum,...

Deputado André Bradford (PS): O que é que fizeram a esses concursos extraordinários, Sr. Deputado?

O Orador: ... durante estes quatro anos.

Portanto, meus senhores, vejam bem, tive muita dificuldade...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Não interessa!

O Orador: ... em explicar o nosso sistema educativo e, portanto, é evidente que agora o Partido Socialista traz mais uma grande novidade. Nós vamos reformar o sistema educativo, e como é que vamos reformar o sistema educativo? Acabando com a proposta do Partido Socialista que estava na oposição e passam os concursos a ser realizados todos os anos. E como é que se explica, já não é a estabilidade, agora, é uma medida muito importante para a evolução do sistema educativo nos Açores. Eu digo-vos que fico perplexo, porque eu, na altura em que foi discutida esta alteração, perguntei à bancada do Partido Socialista e fiz esta afirmação, “As coisas estão informatizadas em relação aos concursos, qual é o problema?”, perguntava ao Partido Socialista que estava no poder, na altura. “Qual é o problema? O que tem funcionado com relativa... O que é que está a funcionar com ineficácia?”. Uma equipa de duas ou três pessoas faz perfeitamente o concurso, qual é o problema de fazer um concurso todos os anos? Qual é o problema? Implorei que me explicassem qual era o problema, qual era a dificuldade, e a resposta está aqui, da bancada do Partido Socialista, na altura. A resposta é esta, a Sra. Deputada Catarina Furtado responde-me desta forma,...

Deputado André Bradford (PS): Interessante essa sua intervenção!

O Orador: ... vou ler-lhe um poema dos solenes cardeais. Responde a Sra. Deputada que representava, então, a bancada do Partido Socialista: “Mas eu sei que os cardeais não gritam,/ nem levantam a voz,/ nem atravessam a fronteira do pudor/ e adormecem ao rumor das orações./ É esta imagem que eu quero conservar/ na religiosa monotonia do meu sono./ Eu vou acreditar que agis de boa fé.”

Esta foi a resposta que eu tive, na altura. Eu acho que o poema não foi cumprido, não há aqui monotonia. Desde que aprovámos a legislação, o que nós

tivemos foram seis concursos e agora temos a reforma, a grande reforma desta legislatura.

Deputado André Bradford (PS): E o senhor é contra ou é a favor?

O Orador: Regressar à proposta anterior que o próprio Partido Socialista tinha destruído.

Em relação à novidade, fico-me por aqui, depois vou ter uma segunda intervenção, em que vou explicar também a outra, a segunda novidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Sónia Nicolau, há pouco, disse que gostava muito e tinha muito respeito em participar no debate, mas que gostava que a oposição reconhecesse que se tinha enganado ou que gostava que a oposição dissesse que, realmente, agora, estávamos perante uma melhoria da reforma dos concursos.

Ora, para a oposição poder dar esse louvor era preciso que os senhores, primeiro, reconhecessem que se enganaram.

Em 2014, a Deputada Catarina Furtado...

Deputado André Bradford (PS): É a original!

O Orador: ... disse que o Governo se tinha comprometido alterar as regras do concurso se ele não estivesse a funcionar, mas que isso não tinha sido preciso, porque os concursos estavam a funcionar muito bem. Então, passados dois anos, cá estamos a alterar novamente as regras do concurso. Portanto, Sra. Deputada e toda a bancada, se querem um reconhecimento, primeiro, digam, “Nós errámos, isto esteve anos a funcionar mal e, agora, sim, emendámos a mão”, vamos ver se o suficiente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Pelo amor de Deus...

O Orador: Depois, o discurso da educação, sempre que se fala na educação, nesta casa, nos últimos meses, a conversa vai sempre parar ao ProSucesso. Qualquer coisa, ProSucesso.

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): Tem dado provas!

O Orador: Eu só espero é que no final não aconteça ao ProSucesso o que aconteceu à CROP, que desapareceu do discurso, depois de meses e meses ou de anos e anos a falar-se na CROP.

Deputado André Bradford (*PS*): Não tem nada a ver!

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): Tiraram verbas!

Deputada Graça Silveira (*CDS/PP*): Milhões!

O Orador: Por último, a Sra. Deputada Sónia Nicolau também falou e deu o exemplo da escola do Corvo, que o rácio de alunos por professor não era suficiente para que houvesse um melhor sucesso educativo. Deu o exemplo da escola do Corvo e dos resultados nacionais de os alunos do Corvo tinham. Ora, vamo-nos entender de uma vez por todas. Afinal, os *rankings* e os números são importantes ou não são importantes? A Sra. Deputada não ouviu porque estava ao telefone, mas eu não lhe vou repetir.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Apenas e só, numa última intervenção, uma vez que se antecede o debate na especialidade, reconhecer que, hoje, aqui, nós, ouvindo o povo, neste caso, muito em concreto, os professores, cumprimos com o nosso compromisso eleitoral em 16 de outubro. Este é o nosso primeiro ponto de partida, que faz-nos olhar para o futuro.

Não vou fazer aqui, Sr. Deputado Paulo Estêvão, dissertações sobre o Sistema Educativo Regional, sobre as variáveis do sucesso, que estão muito para além do professor, do aluno, do pessoal não docente, é um conjunto. Analisar o sistema educativo vai muito para além do foco que, estrategicamente, a oposição vai buscar, portanto, não vou fazer esta dissertação, acho que não é o momento, o momento é focar naquilo que nós estamos aqui, e nós estamos aqui para avaliar, debater, analisar e votar o regulamento do concurso de docentes, é para isso que nós estamos.

Sr. Deputado Jorge Jorge, eu ouvi, eu disse é que não tinha ouvido o que eu tinha dito. Eu não disse os *rankings*, eu disse as notas obtidas pelos alunos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Deixa-me escrever aqui para não me esquecer!

A Oradora: Eu não falei em *rankings*, porque eu não subscrevo *rankings*.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PS):** Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Penso que aqui ficou dito, logo na primeira intervenção que foi feita por esta bancada, que valorizamos, logo, em primeiro lugar, o papel do professor; achamos que o ensino tem de ser centrado no aluno, mas o professor desempenha um papel fundamental, seja ele do quadro ou contratado. Todos eles merecem o nosso respeito, portanto, não sei de onde é que vem alterar a ideia do que aqui foi dito, em primeiro lugar.

Em segundo, certamente, foi aqui referido, e nós dissemos e elogiamos o facto do Governo ter reposto a periodicidade anual do concurso, eliminado a obrigatoriedade da permanência por três anos. Excelente! Porque isso vem ao encontro do que os professores pediram, vem ao encontro daquilo que os sindicatos pediram, vai ao encontro daquilo que a oposição pediu, inclusivamente, o PSD e outros partidos. Portanto, estamos todos de parabéns. Daí, significa que nós, como oposição responsável, não vamos entender, não estamos na vossa bancada, estamos nesta, à vossa bancada compete defender a posição do Governo, nós queremos defender os açorianos e açorianas e uma melhor educação para o nosso povo. Portanto, vamos defender os alunos e os docentes, em primeiro lugar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Daí, queremos clarificar e dissemos logo, apresentamos um conjunto de alterações que, até, com o intuito, como o Sr. Secretário apela, ao consenso e ao entendimento mínimo, cá estamos nós. Queremos entendimento mínimo e, certamente, já perceberam que merecem o que merecem, o nosso apoio em alguns pontos, mas não podemos concordar com todos eles.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não, não!

A Oradora: Na diversidade é que está a riqueza e todos nós poderemos contribuir para um melhor futuro dos Açores. Portanto, apresentamos propostas e estamos à espera que sejam acolhidas, em prol da educação dos Açores, em prol do entendimento mínimo, em prol dos açorianos e das açorianas.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, dispõe de cerca de três minutos.

Deputado Francisco Coelho (PS): Vamos ouvi-lo com muita atenção, Sr. Deputado!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda tenho que deixar para a especialidade.

Deputados André Bradford e Francisco Coelho (PS): Não tem!

O Orador: Então, eu vou ser muito breve.

A questão aqui é esta. Tem um segundo ponto, que temos que destacar e que vai prejudicar, obviamente, as ilhas de menor dimensão. Nós, evidentemente, podemos acreditar em muita coisa. Há quem acredite, por exemplo, que é a reencarnação de um mosquito. Há pessoas para tudo! Toda a gente acredita. E o Sr. Secretário Regional da Educação acredita que consegue fixar as pessoas nas ilhas mais pequenas, por exemplo, no Corvo e nas Flores, se lhes disser isto: “Os senhores se concorrerem para o Corvo, depois, ganham meio valor para poderem concorrer para fora da ilha do Corvo todos os anos”. Eu acho que as pessoas que concorrem para o Corvo para ficar lá e ganhar meio valor para sair, não vão ficar. Mas isto é a minha lógica, eu posso estar errado neste raciocínio.

Deputado Manuel Pereira (PS): E está errado!

Deputado André Bradford (PS): Pois pode!

O Orador: Mas se tu dás um incentivo a uma pessoa para sair de um local, eu acho que esse incentivo tem uma motivação, que ela saia do local.

Portanto, existem outras lógicas e o Sr. Secretário acredita que, incentivando, criando incentivos para que as pessoas possam sair do Corvo e das Flores, é uma boa forma de os fixar lá. Portanto, eu acho que ele está à espera que quem concorre para as Flores e para o Corvo sejam sempre professores com espírito de contradição, “Ah, os senhores querem dar-me incentivo para eu sair? Pois, eu não saio!”. Eu acho que é a única saída e a única explicação que eu encontro para uma medida tão inteligente e, meus senhores, tão racional.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Deputado Paulo Estêvão, V. Exa. é a prova viva que não precisa muita coisa para fixar professores no Corvo!

Deputado André Bradford (PS): O senhor foi para o Corvo e não teve 0,5 valores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já vem sendo um hábito, o Sr. Secretário esgota o seu tempo e não responde.

Coloquei duas questões, coloquei atempadamente duas questões muito específicas em relação à situação dos professores precários na região e em relação a uma das alterações mais importantes feitas neste DLR, que é a fórmula de cálculo da graduação e, em relação à fórmula de cálculo da graduação, o Sr. Secretário não disse rigorosamente nada.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Não tenho tempo! Tivesse vindo a debate mais cedo!

A Oradora: Não teve tempo, eu já sei, é sempre a mesma resposta!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Ladainha! A mesma ladainha!

A Oradora: Mais! Resumindo e concluindo, o CDS congratula-se que, finalmente, ao fim de todos estes anos, de dizer ao Sr. Secretário da Educação que não havia necessidade nenhuma de haver concursos quadrienais, e o senhor, sistematicamente, a dizer que era importante para articular a abertura de concursos com a abertura de concursos também da Madeira e do continente, sempre com umas explicações que nunca percebemos bem qual é que era verdadeiramente a importância para o Governo Regional da abrir os concursos de quatro em quatro anos, finalmente vem, com esta alteração, tornar os concursos anuais. É uma alteração positiva.

Deputado André Bradford (*PS*): É? Não percebi muito bem!

A Oradora: Para nós, que consideramos que as prioridades que pervertem a graduação profissional são perigosas, temos que estar atentos, inclusivamente, e fazendo um bocadinho aqui de história, primeiro foram introduzidas as prioridades por três anos, passado um ano, ainda nem o Governo Regional tinha percebido se a prioridade por três anos era suficiente para estabilizar os quadros docentes, José Gabriel Álamo Meneses vem com as prioridades regionais.

Deputado André Bradford (*PS*): Isso não é história, é arqueologia!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Já é pré-história!

O Orador: Acumula duas prioridades. Andámos anos e anos e anos com as prioridades, porque era preciso estabilizar o quadro docente, de repente, a região tem os quadros docentes todos estabilizados, não há garantia de que as ilhas onde há uma maior procura de docentes vão ficar salvaguardadas, cria-se uma medida adicional perversa, onde cada professor, ao fim de dois anos, sai da escola...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ... e traz mais um valor adicional, portanto, os professores que querem aumentar a sua graduação vão àquela escola por dois anos e vêm embora. Como é que o Sr. Secretário, com esta medida, consegue garantir estabilidade do quadro docente?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A Sra. Deputada Nicolau responde pelo Sr. Secretário!

A Oradora: Não há qualquer garantia.

Mais. Durante anos, falou-se mal dos professores que vinham da República às nossas escolas buscar graduação para voltarem a efetivar-se nas suas escolas. Pois, agora, o que estamos a fazer é exatamente a mesma coisa, dentro da região, que são os professores que se querem efetivar em escolas de São Miguel ou em escolas da Terceira vão a outras ilhas buscar graduação profissional para se virem efetivar às suas ilhas de origem.

Portanto, andámos anos e anos com o papão dos professores da República que nos vinham fazer mal à região e agora estamos a replicar exatamente o mesmo modelo dentro da região.

Deputado José Contente (PS): Isso chama-se mobilidade!

A Oradora: E são estas respostas e a este diploma que nós estamos aqui, hoje, a discutir que o Sr. Secretário não dá resposta.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Mas estamos, hoje, a discutir!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para intervir?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não, não! Para uma interpelação à Mesa,...

Presidente: Tem a palavra.

O Orador: ... no sentido de solicitar 15 minutos de intervalo regimental. E isto tem a ver com as circunstâncias em que este debate se produz e a preparação que os grupos e as representações tiveram.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Temos que ir ver as propostas de alteração!

Deputado André Bradford (PS): A gente também viu...

Presidente: É regimental. Regressamos às 19 horas.

Eram 18 horas e 45 minutos.

Presidente: [*Corte na gravação*] ... os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 06 minutos.

Vamos então retomar os nossos trabalhos.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

(Pausa)

Vamos então votar na generalidade.

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados, vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então, agora, entrar no debate e votação na especialidade.

Este diploma tem sete artigos, sendo que o seu artigo 2.º é o que faz as respetivas alterações ao diploma original e é também sobre este artigo 2.º que incidem todas as propostas de alteração. Portanto, quando entrarmos no artigo 2.º, eu vou, por uma questão até de facilidade de votação, votar todos os artigos que são alterados, em bloco aqueles que forem possíveis.

Vamos então votar o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos agora no artigo 2.º.

A proposta que está aqui, em cima da mesa, prevê alterar o artigo 1.º. Vou colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 16 do PSD; 2 do CDS/PP; 1 do BE; 1 abstenção do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Coloco então, agora, à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 2 do CDS/PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 voto contra do PPM; 16 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos então votar o artigo 4.º com esta proposta que acabamos de aprovar.

É o artigo 4.º com esta alteração que acabamos de aprovar. O artigo 4.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 1 voto contra do PPM; 16 abstenções do PSD; 2 do CDS/PP; 1 do BE; 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PSD ao artigo 5.º, nomeadamente ao seu n.º 5.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao n.º 5 do artigo 5, propomos uma alteração, de modo que achamos que a proposta presente está a restringir a mobilidade de docentes no território nacional.

O Sr. Secretário veio dizer que os QZP do continente não concorrem. Não é bem verdade. O Sr. Secretário sabe que não concorrem, porque enquanto

houver horário naquela escola, eles lá permanecem; a partir do momento que não há horário, eles já poderão concorrer.

Portanto, entendemos, no âmbito do território nacional, todos têm direito a essa faculdade.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Tal como já foi referido, aqui, no debate que antecedeu esta votação, e foi explicado claramente pelo Sr. Secretário que na RAA não existe esta classificação em particular e, portanto, na questão muito em concreto, a candidatura afeta, no que respeita a mobilidade, mas, em particular, no concurso interno, não faz sentido, uma vez que nós não temos cá os Quadros de Zona Pedagógica. Foi explicado.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 16 a favor do PSD; 2 do CDS/PP; 1 do BE; 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então à votação o artigo 5.º da proposta.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, quero solicitar que a votação seja feita por alíneas.

Presidente: Número a número, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Número a número.

Presidente: Número a número.

Vamos então votar o artigo 5.º da proposta.

Naturalmente, irei colocar à votação apenas os números que o Governo prevê alterar.

Número 1 do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 1 do artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 16 do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 voto contra do BE; 1 do PPM.

Presidente: Número 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 3 do artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 16 do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 voto contra do BE; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Número 4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 4 do artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 16 do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 voto contra do BE; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Número 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 5 do artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 3 contra do CDS/PP; 1 do BE; 1 do PPM; 16 abstenções do PSD; 1 do PCP.

Presidente: Por fim, o número 8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 8 do artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 16 do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco à Câmara a possibilidade de colocar à votação conjunta do artigo 6.º ao 10.º, uma vez que nenhum deles sofre propostas de alteração por parte das bancadas.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, quer indicar algum artigo destes que possa ser votado separadamente?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quero votar o artigo, pode ser o 6.º, o 7.º e o 8.º em conjunto, e depois quero votar de forma diferenciada o 9.º.

Presidente: E a forma diferenciada pode ser só o artigo 9.º ou também quer número a número?

O Orador: Não. Como tenho o mesmo sentido de voto, pode ser todo o artigo.

Presidente: Todo o artigo. Muito bem.

Então, está agora à votação os artigos 6.º, 7.º e 8.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: E agora o artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 16 do PSD; 1 do BE; 3 votos contra do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está, agora, então à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É a do PS, que foi a que entrou primeiro. É a proposta de alteração do PS ao artigo 10.º. Foi a que entrou primeiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 1 do BE; 16 contra do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Fica então prejudicada a proposta de alteração do PSD. Vamos votar o artigo 10.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Não se sentem ainda, que eu vou explicar.

A proposta de alteração do PSD fica prejudicada porque a do PS foi aprovada. Portanto, agora estamos a votar o artigo 10.º, com a alteração que foi aprovada. (Não, não pode, estamos a votar.)

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 1 do BE; 1 voto contra do PPM; 16 abstenções do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do PCP.

Presidente: Temos agora, novamente, um bloco de artigos que poderão ser votados em conjunto, se não houver oposição.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, que fazer uma interpelação à Mesa no sentido de indicar aqueles que devem ser retirados do conjunto ou terão que ser votados todos separadamente?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quero votar o 12.º e o 13.º de forma diferenciada.

Presidente: Muito bem.

Então, estão à votação os artigos 11, 14, 15, 16, 17, 19 e 20.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS; 16 do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 12 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Deputado, sente-se. Peço desculpa.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, alguma questão?

Nós votámos em conjunto e agora vamos votar o 12 e o 13 separado.

Está então à votação o artigo 12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 16 do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 13 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 16 do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 21.

Inscrição?

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No entender do Grupo Parlamentar, que também apresentou uma proposta de alteração relativamente à alínea em questão e considerando que se tratando de um procedimento concursal interno de afetação em que estabelecem prioridades, nomeadamente em que sejam os docentes em estado de gravidez ou docentes que tenham filhos até 12 meses, independentemente de acharmos que são circunstâncias que estão em pé de igualdade a nível de prioridades, entendemos que poderia ser clarificado ao ponto de quando é que estamos em

situação de um filho com 12 meses se é aquando do procedimento concursal, se é aquando do início de funções.

Portanto, apresentamos uma proposta no sentido de clarificar o procedimento, portanto, gostaria que repensassem a nossa alteração, entendendo também à vossa. É que a nossa proposta parece-nos que vem clarificar o procedimento em questão.

Tenho dito.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Percebemos a vossa proposta de alteração, no entanto, o nosso entendimento é que a nossa deixa uma porta aberta, que os docentes ao se candidatarem no mês do concurso interno de afetação, ou seja, em junho, possam gozar da prerrogativa do facto de terem uma criança até 12 meses ou quando iniciarem funções. Portanto, há uma margem de maior abertura para os docentes e é nisso que nós acreditamos.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então colocar à votação a proposta de alteração do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 21.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS; 3 do CDS/PP; 1 do BE; 1 do PCP; 16 abstenções do PSD; 1 do PPM.

Presidente: Está prejudicada a proposta de alteração do PSD a este artigo.

Vamos então votar o artigo 21 da proposta com a alteração que acabamos de aprovar.

Estamos agora a votar o artigo 21 da proposta com a alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Quer que eu repita a votação?

Vamos então...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, era para repetir também a votação?

Então, vamos repetir a votação do artigo 21 da proposta com a alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 3 do CDS/PP; 1 do BE; 1 do PCP; 16 abstenções do PSD; 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 22 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo agora à proposta de alteração do PSD, do Partido Social Democrata, ao artigo 23, nomeadamente aos seus n.ºs 4, 13 e 14.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à proposta de alteração do que diz respeito à celebração a termo resolutivo, no n.º 4, entendemos que o prazo deve ser estendido a cinco dias, precisamente por respeitar que é o mesmo prazo concedido aos docentes de contrato a termo indeterminado. Portanto, entendemos que o prazo deve ser igual, seja para os docentes de contrato a termo resolutivo, como de contrato indeterminado.

Relativamente à proposta n.º 13, entendemos que deverá ser alterado de 150 para 120 dias, porque 120 dias é precisamente o número de dias que é necessário para que um docente seja avaliado.

Relativamente ao n.º 14, estendemos o prazo de 15 para 30, porque entendemos que será o prazo que melhor corresponderá ao que se pretende de uma avaliação e de uma integração de um docente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 16 a favor do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do BE; 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos então, agora, votar o artigo 23 da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 1 do PCP; 1 contra do BE; 1 do PPM; 16 abstenções do PSD; 3 do CDS/PP.

Presidente: Está agora à votação a proposta do Bloco de Esquerda de aditamento de um artigo 23-A.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atendendo a que, neste momento, a RAA não tem qualquer norma em vigor que vá ao encontro do cumprimento da Diretiva Comunitária já aqui referida e amplamente suscitada para o debate, o Bloco de Esquerda propõe que seja feita a integração de professores contratados no sentido de dar cumprimento, continuar a dar cumprimento, para utilizar o pensamento do Sr. Secretário, à Diretiva Comunitária, propõe que os contratos de trabalho a termo resolutivo celebrados em anos escolares consecutivos com educadores de infância, professores dos primeiro, segundo e terceiros ciclos do ensino básico, do ensino secundário, da educação especial e do ensino vocacional da música, pela Secretaria Regional...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada!

A Oradora: ... da Educação e Cultura, não possam exceder os três anos, o limite de três anos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas e só para referir que esta proposta do Bloco de Esquerda foi ontem, aqui, analisada e debatida e o Partido Socialista, responsabilmente, no âmbito da votação do Plano e Orçamento, deu a sua posição e que a mantém, hoje.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como foi aqui dito pela colega Deputada Zuraida Soares, na verdade, há uma diretiva europeia que é necessário tomar iniciativas para evitar a contratação sucessiva, neste momento, o Governo Regional não a tem. Já a teve, no âmbito, que assim o entendemos, dos concursos extraordinário deixaram de existir, o Governo da República tem medidas em acompanhar esta diretiva comunitária, seja na vinculação extraordinária, seja na norma travão, que, inclusivamente, foi até beneficiando ao reduzir o número de contratações, o número de anos ou o número de renovações. Portanto, teremos também o sentido de voto favorável à proposta apresentada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação desta proposta de aditamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 1 do PPM; 16 a favor do PSD; 1 do BE; 1 do PCP; 3 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Eu pergunto à Câmara se posso colocar à votação conjunta os artigos 24, 25 e 26 da proposta.

(Pausa)

Não havendo oposição, vamos então votar estes três artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está, assim, votado o artigo 2.º.

Vamos passar à proposta de alteração do PSD ao artigo 3.º.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquando da nossa avaliação e no âmbito da intervenção relativamente à discussão da presente proposta, foi a questão colocada ao Sr. Secretário, em que medida haveria ultrapassagens. De facto, o Sr. Secretário não o negou, podendo haver alguma ultrapassagem e focou a questão da norma jurídica.

A questão que aqui podemos entender, Sr. Secretário, é que, de facto, se há docentes que foram opositores aos concursos internos, 2015/2016, 2016/2017, e que se entendemos que obedeceram ao critério de permanência pelos três anos e que isso constitui um vínculo ao fim de três anos, não lhes poderia ser dada uma prioridade, mesmo que seja a baixo, aos docentes que vão agora ser opositores ao concurso externo.

Por isso, neste sentido, entendemos que a melhor forma de estar em igualdade de circunstância é precisamente não estabelecer as prioridades que estão aqui contempladas e estarão na norma transitória. Portanto, propomos a redação que está explanada na proposta.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Um pedido de esclarecimento. Um docente que tenha sido colocado no concurso extraordinário de 2015/2016, ao de 2014/2015 já não está, 2015/2016, 2016/2017, qual é a sua ordem de prioridade num concurso interno face àqueles que agora se vão candidatar?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar a proposta de alteração do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS; 1 do PPM; 16 a favor do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do BE; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos então votar o artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É o artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 1 do PCP; 16 contra do PSD; 1 do BE; 3 abstenções do CDS/PP; 1 do PPM.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso votar os artigos 4.º, 5.º, 6.º e 7.º da proposta.

Não havendo oposição... 4.º, 5.º, 6.º e 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Votação final global. A proposta de DLR apresenta foi aprovada por unanimidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos então...

Sra. Deputada Sónia Nicolau, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com gosto que o Partido Socialista vê o resultado desta votação, que vai ao encontro daquele que é o compromisso do Partido Socialista aquando do processo eleitoral. Esta é a prova que o Partido Socialista cumpriu, logo no seu primeiro e logo nos primeiros dias de arranque da legislatura, aquilo que se tinha comprometido com os açorianos. Estamos muito satisfeitos com este regulamento e estamos também com a disponibilidade e abertura, tal como aqui foi referido pelo Sr. Secretário, para olhar para o futuro,...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Foi visto, foi visto!

A Oradora: ... vendo aquilo que é preciso alterar, sem qualquer constrangimento. A maioria é a maioria da confiança dos açorianos.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Hugo Chaves também tinha o seu discurso!

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tínhamos razão, há cinco anos, quando votámos contra as vossas alterações que acabaram com os concursos anuais, nós tínhamos razão!

Deputado Francisco César (PS): O extraordinário é: nós tínhamos razão!

O Orador: E, na altura, fomos, aqui, vilipendiados por V. Ex.^{as}, que nos disseram, “Os senhores não percebem nada disto, os senhores não acompanham a modernização do sistema educativo”. “Nós queremos estabilizar o sistema educativo! Pedagogicamente, é a medida mais correta que se possa imaginar”, dizia, então, o Governo do Partido Socialista. “Os senhores, do ponto de vista pedagógico, não acompanham a evolução das teorias mais avançadas”. Afinal, ao fim de cinco anos, o Partido Socialista está agora a aplaudir freneticamente uma proposta que nós fizemos, há cinco anos, e que V. Ex.^{as} alteraram, também aplaudindo freneticamente naquela situação e naquela conjuntura.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Meus senhores, os senhores andam à deriva e o problema do sistema educativo...

Deputado André Bradford (PS): Então, junte-se a nós, para nos orientar!

O Orador: ... açoriano tem muito a ver com a instabilidade que os senhores criam no sistema, com as alterações contraditórias que os senhores aprovam constantemente.

Eu queria terminar também com mais uma profecia. Eu tenho a certeza, mas é que tenho mesmo a certeza, não sei se no final desta legislatura, não vou arriscar tanto, ou se na próxima, mas numa delas, de certeza absoluta, os senhores vão perceber que aquilo que estão a fazer às ilhas de menor dimensão, como o Corvo e as Flores, que é uma medida extremamente prejudicial, que aquilo que foi alcançado com uma proposta vossa, com uma proposta da vossa autoria, aquilo que foi alcançado, do ponto de vista da estabilidade do corpo docente destas escolas, está a ser destruído com esta medida, por V. Ex.^{as} também.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é uma declaração de voto!

O Orador: Mas eu tenho a certeza, tal como fizeram nesta matéria,...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Eu já termino, Sra. Presidente.

Presidente: É só para pedir-lhe...

O Orador: ... daqui a três, quatro anos, cinco anos, os senhores vêm aqui dar a mão à palmatória e cá estarei eu, se Deus quiser, para vos relembrar mais este volte-face no vosso posicionamento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não parta o microfone!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Faço esta declaração de voto sobretudo por uma expressão que ouvi da Sra. Deputada Sónia Nicolau e que foi recorrente durante este debate do Plano e Orçamento: a maioria! E em democracia, quem sabe um pouquinho das regras democráticas, dos regimes democráticos no mundo, dos regimes totalitários, dos regimes autoritários, quem sabe um pouco de política percebe que a maioria do voto não é justificação para toda a ação política. Quem se arroga dessa justificação de certeza que fica a dever um pouco à democracia. E eu, entristece-me, sinceramente, ver que o Partido Socialista, que ganhou legitimamente as eleições, que teve uma vitória que ninguém contesta, vir aqui, sempre,...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, vamo-nos centrar na declaração de voto!

O Orador: Vou chegar onde quero chegar na minha declaração de voto!

... a arrogar-se que os açorianos lhe deram o voto da maioria e o voto da confiança. Não lhe deram, pese embora lhe tivessem dado a maioria, um voto para fazerem tudo o que querem e, sobretudo, para lhes branquear alguns erros do passado. Não é assim.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Quanto à substância, o Partido Socialista não vai demorar muito tempo a reconhecer o erro que está aqui a fazer relativamente às ilhas mais pequenas e com dificuldade de fixação de professores e isso vai ser notório, não é daqui a dois ou três anos, é já no próximo concurso de professores. Já em algumas ilhas se vai ver quantos deles vão lá ficar e, sobretudo, eu não quero crer que esta alteração tenha sido feita de modo cirúrgico e a pedido.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Depois da sua declaração de voto, percebi o seu sentido de voto!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estivemos aqui, hoje, nesta casa, para avaliar a alteração do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente e que temos, de facto, e registamos positivamente a reposição do período anual de extensão da obrigatoriedade de permanência por três anos. Devem aos docentes, devem às representações sindicais, devem à oposição e devem também ao Governo, certamente.

Deputado André Bradford (PS): Ah! Muito obrigado!

A Oradora: Mas por outra questão também. Se é um momento de felicitação para todos nós, e estamos todos de parabéns, acima de tudo, estão de parabéns os docentes e as representações sindicais, que muito por eles lutam, é lamentável a posição do Partido Socialista e do Governo. Se se vem apregoar...

(Aparte inaudível da Câmara)

A Oradora: Respeito! Respeito, no mínimo! Se estou a incomodar, olhe, tape os ouvidos, é o mínimo que pode fazer!

Presidente: Sra. Deputada, não pode interpelar desta maneira!

A Oradora: Ele é que interpelou primeiro. Peço desculpa, mas foi ele!

Presidente: Sra. Deputada, os apartes, nesta casa, são regimentais. Naturalmente que não podem ser ofensivos, mas não podem permitir uma interpelação direta para a outra bancada.

A Oradora: Peço desculpa.

A verdade é que, quando se toca na ferida, começam logo por ataques pessoais e em vez de terem a humildade em reconhecer que, pelo facto de serem maioria, a verdade não está toda do vosso lado. E se querem entendimentos,...

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... são os primeiros a bloquearem essa hipótese. Foram apresentadas várias alternativas, várias propostas de alteração pelos vários partidos da oposição, que não mereceram qualquer consideração, ou seja, são os donos da verdade, estamos na educação cor-de-rosa.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Sónia Nicolau (PS): A senhora não soube explicar! Não soube explicar!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a...

Uma interpelação à Mesa? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, era para pedir 15 minutos de intervalo regimental, se faz favor.

Presidente: Eu peço aos Líderes Parlamentares e ao Sr. Secretário o favor de se abeirarem da Mesa, antes de conceder o intervalo regimental. Peço só que se aproximem, por favor.

(Pausa)

O pedido de intervalo é regimental, será concedido por 15 minutos. Eu peço aos líderes e ao Sr. Secretário Regional o favor de me acompanharem à sala da Mesa.

Eram 19 horas e 49 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 20 horas e 35 minutos.

Entramos agora no ponto 6 da nossa Agenda: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 22/XI – “Contabilização de tempo dos docentes que desempenham funções na valência de CATL”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Parar justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda tem uma curiosa conceção de urgência e, portanto, vem a esta casa solicitar ao Governo Regional que, no que diz respeito à contagem de tempo dos docentes que desempenham funções nas valências de Centro de Atividades de Tempos Livres, seja aplicada para a contagem deste tempo de serviço uma resolução aprovada, nesta casa, e publicada a 13 de junho de 2012, e cujo seu ponto 2 continua por cumprir, o que tem lesado e continua a lesar vários docentes da nossa região, que se encontram exatamente nesta situação.

Portanto, a urgência, Sra. Presidente, é que há uma resolução desta casa aprovada em junho de 2012, estamos em março de 2017 e ainda não foi cumprida. Mais urgência do que isto, penso que é um bocado difícil de encontrar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Não havendo inscrições, vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 29 votos contra do PS; 16 a favor do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que, ao contrário do que seria expetável, o Bloco de Esquerda congratula-se com este chumbo da sua urgência, porque isso quer dizer que esta proposta poderá ser analisada, debatida e enriquecida com outras apertações, seja dos diferentes grupos parlamentares, seja até mesmo dos sindicatos representativos da classe, e que poderá enriquecer e aperfeiçoar a nossa proposta. Aquilo que nós, de facto, pretendemos é que seja feita justiça a estes docentes.

Portanto, ficamos satisfeitos com o chumbo desta urgência.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para explicar à Câmara que o Partido Socialista votou contra esta urgência precisamente pelos mesmos motivos que a Sra. Deputada Zuraída Soares ficou satisfeita que ela fosse chumbada, ou seja, para ela ser analisada, debatida, enriquecida.

Portanto, saímos daqui todos satisfeitos.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Exatamente! É um final feliz!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Baixa, assim, à Comissão este projeto de resolução.

Sendo assim, vou passar à leitura da proposta de deliberação final: a Mesa da Assembleia Legislativa da RAA propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de março.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está encerrada a sessão. Uma boa noite a todos e um bom regresso a casa.

Eram 20 horas e 40 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

João Paulo Ávila

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Documentos entrados

1 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Cria os procedimentos extraordinários de regularização matricial e registral dos bens imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado, institutos públicos, regiões autónomas e autarquias locais, em situação de omissão ou de incorreta ou desatualizada descrição ou inscrição nas matrizes e no registo predial. - MPMA - (Reg. DL 82/2017).- n.º 17/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 03 – 10

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 29.

2 – Projetos de Decreto Regulamentar:

Assunto: Que institui um regime especial e transitório de apoios sociais nos concelhos de Praia da Vitória e Angra do Heroísmo – MTSS – (Reg. DR 545/2016) - n.º 18/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 03 – 10

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 29.

3 – Projetos de Resolução:

Assunto: – [Contabilização de tempo dos docentes que desempenham funções na valência de CATL – n.º 22/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2017 – 03 – 15

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

4 – Petição

Assunto: [Pela inclusão de uma alternativa vegetariana nas cantinas/refeitórios das escolas – 6/XI](#)

Proveniência: Jessica Pacheco

Data de Entrada: 2017 – 03 – 13

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda admissibilidade na Comissão

5– Requerimentos:

Assunto: [Dados pessoais de utentes do Serviço Regional de Saúde expostos na Internet](#)

Autores: Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Bruno Belo e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13

Referência: 54.03.00 – N.º 136/XI;

Assunto: [Reabilitação das Estradas Regionais na Ilha de São Jorge](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 14

Referência: 54.01.05 – N.º 137/XI.

6– Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Problemas graves de segurança na estrada municipal que liga o centro da freguesia da Maia à localidade da Lombinha da Maia](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 13
Referência: 54.04.02 – N.º 116/XI;

Assunto: [Caminho dos Rochões](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 13
Referência: 54.04.08 – N.º 130/XI;

Assunto: [Porto da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 14
Referência: 54.04.07 – N.º 66/XI;

Assunto: [Execução da Resolução que aprovou a criação de um Atlas do Património Imaterial dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 14
Referência: 54.07.00 – N.º 68/XI;

Assunto: [Igualdade de tratamento – danos causados numa viatura de uma funcionária por araucária da Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta em dezembro de 2015](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 14
Referência: 54.03.07 – N.º 75/XI;

Assunto: [Resultados das rotas operadas pela Azores Airlines](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 15

Referência: 54.03.00 – N.º 44/XI;

Assunto: [Central hidroelétrica na Ribeira Grande, na freguesia da Fajãzinha, no concelho das Lajes das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 15

Referência: 54.04.08 – N.º 93/XI;

Assunto: [Imóveis da Região na rua Nova do Carmo \(Urbanização do Carmo\) na Horta – Cessação de contratos e criação de dificuldades às famílias](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 15

Referência: 54.03.07 – N.º 117/XI.

7– Comunicações/Informações:

Assunto: Recurso, para o Plenário da ALRAA, quanto à inclusão na agenda do Período Legislativo de Março, da 1.ª Sessão Legislativa, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XI - Altera o Regulamento de concurso do pessoal docente na educação pré-escolar e ensinos básico e secundário.

Proveniência: Deputada Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 10;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Congratulação “Posse de António Guterres como Secretário-Geral da ONU”, assinado pelo Chefe de Gabinete do GP “Os Verdes” da Assembleia da República

Proveniência: Deputada Heloísa Apolónia – Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 03 – 14;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Congratulação “Posse de António Guterres como Secretário-Geral da ONU”, assinado pelo Chefe de Gabinete da Casa Civil do Presidente da República

Proveniência: Casa Civil do Presidente da República

Data de Entrada: 2017 – 03 – 15.

8– Relatórios:

Assunto: [Ante-Período Legislativo de março de 2017 – A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 03 – 17;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de março de 2017 – A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 03 – 17;

Assunto: Ante-Período Legislativo de março de 2017 – A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 03 – 14;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 61/XIII/2.^a \(GOV\) – Estabelece o regime jurídico da prevenção, proibição e combate da discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 03 – 14;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Lei – Estabelece incentivos à contratação de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração e de muito longa duração – MTSSS – \(Reg. DL 43/2017\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 03 – 14;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de março de 2017 - A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 03 – 13;

9– Diários:

Consideram-se aprovados na Sessão Plenária os Diários n.ºs 10, 11 e 12, bem como as Separatas n.ºs 1 e 2 e 3/XI.

A Redatora: *Sónia Isabel Maciel Nunes*